



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**  
**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**  
**TEXTO SEM REVISÃO**

<b>COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA INFRACONSTITUCIONAL</b>			
<b>EVENTO: Instalação</b>	<b>REUNIÃO Nº: 0201/15</b>	<b>DATA: 31/03/2015</b>	
<b>LOCAL: Plenário 13 das Comissões</b>	<b>INÍCIO: 10h29min</b>	<b>TÉRMINO: 13h25min</b>	<b>PÁGINAS: 53</b>
<b>DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO</b>			
<b>SUMÁRIO</b>			
<b>OBSERVAÇÕES</b>			
<b>NOTAS TAQUIGRÁFIAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.</b>			



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rodrigo Maia) - Havendo número regimental, declaro aberta a Primeira Reunião da Comissão Especial, destinada a efetuar estudo e apresentar proposta em relação às matérias infraconstitucionais da reforma política convocada pelo Presidente da Casa, nos termos regimentais, para instalação e eleição dos seus Presidentes e Vice-Presidentes.

Para conhecimento de V.Exas., passo a ler o Ato da Presidência, ou melhor, como isso já foi lido em plenário, vou passar esta parte.

Declaro instalada a Comissão Especial.

Esclareço ao Srs. Parlamentares as regras que nortearão os trabalhos.

A eleição será processada em escrutínio secreto e pelo sistema eletrônico, presente a maioria absoluta dos seus membros, 18 Deputados, conforme determina o art. 7º do Regimento Interno, aplicado à seguinte situação: será eleito em primeiro escrutínio o candidato que tiver maioria absoluta de votos do total de votantes e em segundo escrutínio o Deputado que obtiver a maioria simples de votos (*Ininteligível.*)

Os votos em branco serão computados apenas para efeito de quórum, nos termos do §2º do art. 183 do Regimento.

Esta Presidência informa que recebeu, e considera registradas em fase do acordo partidário, as seguintes candidaturas: Rodrigo Maia, Presidente; Rubens Otoni, Primeiro Vice-Presidente; Marcus Pestana, Segundo Vice-Presidente; Tadeu Alencar, Terceiro Vice-Presidente.

Está iniciada a votação.

(*Processo de votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação.

Passo a proclamar o resultado:

A chapa obteve 31 votos. Não nenhum voto em branco.

Está eleita a Mesa.

Indico o Sr. Deputado Marcelo Castro para relatar a matéria.

**O SR. DEPUTADO MILTON MONTI** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, antes da fala do nosso Relator, para esclarecer uma dúvida relativamente à quantidade de projetos em tramitação.



Temos, vários projetos, temos um projeto específico, trataremos daquela projeto daquela votação, daquela tentativa de reforma? Quais as matérias que comporão a pauta dos trabalhos desta Comissão?

São estas as minhas dúvidas.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Em primeiro lugar, agradeço ao Presidente Rodrigo Maia por ter me escolhido para ser o Relator desta Comissão Especial que vai estudar e apresentar um projeto sobre as matérias infraconstitucionais referentes à reforma política. Hoje, temos 2 Comissões funcionando: a Comissão Especial para dar parecer sobre as PECs — e se não me falha a memória são 153 PECs, ou melhor, para apresentar um projeto de lei, levando em consideração mais de 300 projetos, que são tantos que não temos o número exato, mas são mais de 300 projetos de lei...

**O SR. DEPUTADO MILTON MONTI** - Estarão todos apensados na tramitação...

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Com certeza. Todos os projetos de lei, da Câmara, que tenham alguma relação com reforma política, serão analisados por nós.

Então, no final, o que esperamos? Apresentar 2 proposições: uma sob a forma de PEC e outra sob a forma de projeto de lei.

Quais temas vamos tratar relativamente a projeto de lei? Temas que estão em aberto, que podem surgir, vamos tirar também dos projetos que têm.

Os senhores e as senhoras componentes da Comissão poderão apresentar outras propostas, mas, de maneira geral, o que nós estamos assim hoje... Se fossem feitas hoje, com certeza, estariam o prazo de filiação partidária e o domicílio eleitoral, que nós estamos propondo por 6 meses, ao invés de 1 ano como é hoje.

Constituição de federações partidárias para a disputa de eleições — federações, como já esclarecido aqui, de caráter nacional. Se o partido A, B e C, por exemplo, se federalizarem aqui, em âmbito nacional, eles estarão federalizados nos Estados e nos Municípios. É como se tivessem constituído um novo partido. E a diferença para coligação é de que o prazo dessa federação não expira na eleição. Ela continua praticamente por todo o mandato, sendo que, anterior à nova convenção — porque nós estamos propondo também o mandato de 5 anos, então



seria pelo menos por 4 anos, no mínimo —, aí os partidos vão decidir. Se querem continuar naquela federação, então não precisam fazer nada, permanecem. Se querem fazer um divórcio (*riso*), aí, então, eles poderiam constituir outra federação, evidentemente antes das convenções, para, na época da convenção, já chegarem lá com uma federação nova.

Também vamos apresentar as regras para o programa de televisão. Nós vamos propor que só seja contado o tempo de televisão do candidato titular e de seu vice. Então, suponhamos: o PSDB coligou-se com o DEM. O PSDB apresentou candidato à Presidência da República, o DEM apresentou o vice. E aí se coligaram com mais dez outros partidos. Só conta o tempo de televisão do PSDB e do DEM. Dos outros partidos não contarão. Isso é para atender a um pedido, a um anseio de todos. Acho que há muita negociação do tempo de televisão. E eu usei a palavra negociação aqui, mas o nome é... (*Riso.*)

*(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - O nome é outro. (*Riso.*) E também nós queremos ver se a gente diminui o custo do *marketing* eleitoral, porque virou uma coisa estratosférica, exorbitante, escandalosa, absolutamente fora do razoável. Então, não quero ficar repisando aqui, mas agora a campanha da Presidente Dilma só para o marqueteiro foram 79 milhões de reais. Não estou criticando a Presidente Dilma, não. Acredito que, se eu estivesse no lugar dela e tivesse 100 milhões de reais — por que não? —, não há nenhum problema. É legal, tudo direitinho, isso é permitido. O que eu estou criticando? É o sistema em que nós estamos está permitindo isso. E qual é o problema disso? O problema disso é que distorce o pleito eleitoral, porque aí o poder econômico termina prejudicando o princípio da igualdade de oportunidade.

Quem é que tem dinheiro para contratar um marqueteiro em qualquer Estado do Brasil? Num *marketing* eleitoral de uma campanha de Governador eles vão querer 10 milhões, 15 milhões, 20 milhões! E aí quem não tem? Quem não tem, não vai ter aquele filme belíssimo que são as campanhas eleitorais hoje. Então, com certeza, nós vamos perder em cinema, em qualidade, em beleza, mas vamos ganhar em conteúdo.



Então, o que nós estamos propondo é que os programas eleitorais custem zero. É o candidato falando. Não é a volta da Lei Falcão. Ontem, lá no Rio Grande do Sul, um internauta fez essa pergunta. A Lei Falcão era outra coisa completamente diferente. Na Lei Falcão, que é do tempo da ditadura, aparecia o retrato do candidato, o currículo do candidato, e o candidato era proibido de abrir a boca, não podia falar nada. Não é isso. *(Riso.)* Agora, não. Agora, o candidato pode fazer... Ou gravado, provavelmente vai ser gravado. Vamos permitir cenas externas com o candidato, ele está denunciando os buracos da rua, ele filma lá, ele aparece, ele mesmo, filmando, *“Olha aqui o buraco”*. A estrada para a qual ele conseguiu recurso, ele pode mostrar a estrada lá, *“que fui eu que lutei”*. Mas ele, ele pode fazer as vezes de repórter, e não o filme, que hoje o candidato é o que menos conta.

Quer dizer, o *marketing* faz uma coisa tão benfeita que o candidato, às vezes, aparece lá só para dizer *“Estamos juntos!”*, *“É isso mesmo!”*, *“Vamos em frente!”* E não é isso o que a gente quer. A gente quer é conteúdo. E custo mínimo possível, que esse custo aqui, que eu estou dizendo, vai ser próximo de zero, para você igualar, ou tender a igualar a oportunidade entre os candidatos, que hoje, quem pode pagar um *(ininteligível)*

E outro que eu acho, também, assim, mais difícil, é que o *marketing* virou uma obra de arte. E obra de arte não tem preço que você possa mensurar. Quer dizer, é o que a pessoa estiver disposta a pagar. E aí tem leilões de marqueteiros. A gente sabe que existe isso. *“Fulano pegou o marqueteiro Fulano de Tal, então, nós temos que pegar Fulano...”* E aí isso tudo...

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Permite-me um aparte, Sr. Relator?

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Com imenso prazer.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - O *marketing* não é só uma questão de dinheiro, tem uma dimensão de criatividade em jogo, há pessoas que criam, e que podem fazer boas peças com pouco dinheiro. Eu acho que a questão não está nisso, não está na qualidade. A qualidade não passa, necessariamente, pela quantidade de dinheiro ou pela tecnologia, mas pela criatividade. Se as campanhas tiverem o mesmo recurso, e as pessoas tiverem boas ideias para fazer um programa, eu não vejo problema nisso, sinceramente. Até porque nem todo candidato...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rodrigo Maia) - Em função do tempo já resolve (*ininteligível*)

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Já resolve, até porque nem todo candidato tem a mesma *performance* também — não é? —, consegue falar da mesma forma, tem o mesmo traquejo com a língua, com a televisão, de aparecer. A gente tem que observar essas questões, não é só uma questão de dinheiro. É uma questão de dinheiro, mas não é só uma questão de dinheiro.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Bom, V.Exa. tem razão.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Marcelo, mas é muito importante que a gente veja o candidato como ele é. Se ele tem dificuldade de falar, então ele precisa passar para a população aquela dificuldade dele de falar. Ele tem que mostrar, realmente...

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Às vezes ele não é bom para falar, mas é bom para realizar.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Claro!

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Ele mostra as obras dele. (*Riso.*)

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Ele tem que mostrar quem ele é, realmente.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - (*Riso.*) É claro.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Eu acho que o *marketing*, realmente, atrapalha e encarece bastante.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Estupidamente. Hoje todos os candidatos que já enfrentaram uma campanha majoritária sabem: a maior despesa de uma campanha, hoje, é o *marketing* eleitoral. E...

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Eu não estou defendendo o *marketing*, que fique claro, eu só estou “complexificando” para a gente não cair no simplismo de achar que as peças...

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Sim, mas...

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** -... publicitárias são meramente questão de dinheiro...

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Claro.



**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** -... e que o candidato vai estar impedido de realizar, com seus poucos recursos, um programa melhor do que o outro. Isso pode acontecer...

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Pode.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** -...com o mesmo recurso.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Pode acontecer. Agora, nós temos que ter um remédio para isso. Como é o remédio? Aí nós vamos dizer o que é barato e o que é caro?

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Acho que é o teto global de gasto (*ininteligível*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rodrigo Maia) - Eu também acho  
(*Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.*)

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS(?)** - Tem remédio para tudo, é o teto global.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Se cara quer fazer *outdoor*, se quer fazer isso, quer fazer aquilo...

(*Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rodrigo Maia) - Eu também acho. Acho que essa tese é melhor.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Hum.

(*Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rodrigo Maia) (?) - Até que se você reduzir o tempo de televisão, você já diminui muito o problema.

(*Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.*)

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - É, se fosse o financiamento público, estaria resolvido, porque é... Mas como é hoje, acho complicado.

Bom, outro assunto seria a redução do prazo das campanhas. Então, como é que eu estou propondo reduzir o tempo de campanha? Hoje, as convenções são realizadas do dia 10 ao dia 30 de junho. Eu estou propondo do dia 15 ao dia 30 de julho, para passar mais uns dias regularizando a documentação. A partir do dia 15 de agosto, provavelmente já... Então, ficaria um mês e quinze dias de campanha; parece ser suficiente.



E a gente aprovando aqui uma reforma eleitoral, eu acho imperiosa a necessidade de se abrir uma janela, que eu chamo janela da fidelidade, que a Deputada Erundina chama de janela da infidelidade (*risos*), que seria a seguinte: aprovada uma reforma, são novas regras, eu acho que nós teríamos que ter um prazo para adaptação, que, às vezes a pessoa está... Com a nova regra, diz: “*Não, isso aqui... Eu não quero ficar nesse partido, não me interessa, dessa maneira, nessa nova regra*”. E aí nós vamos ter que discutir, que nós não discutimos isso aqui, ainda, se deve haver essa abertura e por quanto tempo. A minha ideia é que, aprovado, promulgado, tivesse pelo menos uns 3 meses — não é? — para as pessoas poderem se adaptar às novas regras, para não ficar uma camisa de força muito forçada.

Bom, nós vamos... Ainda está em debate a questão dos limites das doações de gastos. E também o custo das campanhas, que nós vamos ter que estabelecer, em projeto de lei, cada cargo em disputa. Isso aí é um negócio complicadíssimo, mas eu acho que a lei deve ter isso daí, quer dizer, é candidato a Vereador, ele pode gastar X; é candidato a Deputado, Y; é candidato a Governador, Z; é candidato a Presidente, W. E por aí vai.

E o limite de doações, que as doações, hoje, têm um percentual. Mas a gente está observando que o percentual não atende às nossas necessidades, porque as empresas podem doar até 2% do seu faturamento, mas aí tem distância demais de uma empresa pequena para uma empresa grande. Então, a gente quer que o percentual permaneça, mas que haja um limite, em valores absolutos, que uma empresa, por maior que seja, só possa doar Y. Pronto. E cada candidato só possa gastar X, se ele está disputando uma determinada cadeira.

Então, isso é uma questão, quem tiver ideias, vá afinando suas ideias aí porque esse é um negócio muito complicado. Não tem como a gente fugir ao arbítrio, ao chute. Nós vamos ter que arbitrar, chutar aqui um valor, porque não tem outra maneira. Como é que nós vamos aferir isso daí? É um negócio muito complicado. Então, temos que usar aqui o nosso bom senso, a nossa razoabilidade, para a gente chegar a determinados valores.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Marcelo, vai continuar a doação de empresa privada?





**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Bom, isso, V.Exas. é que vão decidir como é que vai ser o relatório. Então, nós começamos, na semana passada, ouvindo cientistas políticos; agora, terça-feira, nós vamos ouvir 4 partidos, pela manhã. São os menores partidos, parece que o PSOL, o PHS, o PRB e o PPS. À tarde, vamos ouvir o Vice-Presidente, o Presidente do PMDB, Michel Temer, na terça-feira. Vamos ouvir quase todos os Presidentes de partidos, não é? Aí, cada um vai defender aqui seus pontos de vista, o tipo de financiamento, e nós vamos formando uma massa crítica para a gente decidir.

**O SR. DEPUTADO MILTON MONTI** - Relator, eu só queria, não sei de V.Exa... É claro que esse assunto é bastante vasto, nós vamos, evidentemente, trazer várias sugestões. Mas eu queria pontuar uma aqui, que eu acho que nós temos que tratar também. Nós temos visto a demora da Justiça Eleitoral no deferimento das candidaturas. Temos uma mudança de eleitos após a proclamação dos resultados. Eu acho que nós temos que estabelecer que, se a Justiça não tiver condições de registrar, registrado estará, por decurso de prazo, porque não é justo que o eleitor vá à urna, para escolher o candidato, sem saber se o candidato poderá ser candidato ou não. É uma coisa meio jabuticaba. Você vai votar no candidato sem saber se é candidato.

Uma outra questão, que temos visto também, muito recorrente, é aquilo que já está sendo chamado de terceiro turno das eleições. Nós temos que, evidentemente, dar toda a retaguarda para a lisura das eleições, mas nós não podemos ter uma eleição que precisa do Tribunal, talvez, para ser resolvida depois de 2 anos de mandato. Temos Governadores que cumprem mandatos de 2 anos; Prefeitos cumprem 2 anos de mandato, de repente, a Justiça tira a pessoa do cargo.

Então, entendo que esse é um tema que V.Exa. deve também incluir dentre os temas a serem debatidos porque acho que nós temos, evidentemente, que ter as coisas feitas de forma correta, mas não podemos também ver arrastar-se esse processo de forma indefinida, porque isso aí não contribui para o processo eleitoral, para o processo político e para o processo democrático.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Permitam-me, ilustre Relator, Deputado Marcelo Castro, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, só uma ponderação. O nosso Relator, Deputado Marcelo Castro, está fazendo uma



intervenção inicial, colocando os pontos que são possíveis de serem abordados nesta Comissão. E é natural que a gente esteja fazendo isto, aqui, de uma maneira até um tanto informal, visto que nós não temos aquela outra audiência que estava programada, mas quero só lembrar que nós temos aqui já 8 Deputados e Deputadas inscritos para poderem falar depois da apresentação do Deputado Marcelo Castro. Então, eu pediria, faria um apelo para que nós deixássemos que ele terminasse a colocação, para depois nós, respeitando as inscrições, pudéssemos avançar no debate. Pode ser assim?

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Eu gostaria de me inscrever.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - As inscrições estão abertas. Já há 8 inscritos, e elas estão abertas, evidentemente, para quem queira. Mas o Deputado Marcelo Castro vai terminar, então, a colocação dele, e nós faríamos um apelo para que, aí, logo após a exposição dele, nós avançaríamos nas inscrições.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Bom, isso aí é um assunto sobre o qual eu gostaria que os senhores e as senhoras se debruçassem, sobre essa questão de doações, porque a gente não sabe se as empresas vão continuar doando ou não. Tem proposta de todo jeito. V.Exas. é que vão dizer como é que eu devo escrever.

O Deputado Milton Monti levanta a questão aí, Milton, eu acho que... Quero chamar a atenção aqui dos Relatores para a gente analisar essa questão. Quer dizer, digamos, faltando dez dias para as eleições, aqueles casos que o Tribunal julgou estão julgados; o que não julgou, está julgado também. Eles podem até julgar para ter consequências futuras, mas não mais para aquela eleição, porque hoje é um grande problema mesmo.

Eu conheço o caso de um Deputado lá do Piauí que concorreu *sub judice*, e aí os adversários diziam que ele não podia ser candidato, que o Tribunal Regional tinha cassado a candidatura dele, e ele tinha recorrido para o TSE. E aí, terminou prejudicando a candidatura dele, pela instabilidade, e ele correndo aqui para Brasília para resolver o problema. E, no final, ele não teve votos suficientes para se eleger. E o Tribunal Superior Eleitoral, depois, julgou, dando o registro dele. Ele foi enormemente prejudicado — e ele atribui a isso — pela demora de julgamento. Então, é um caso a se analisar.



E outra coisa que eu gostaria de a gente tratar também, matéria infraconstitucional, é uma maneira que a gente possa fazer para simplificar as prestações de contas, porque, hoje, um candidato que gasta muito e um candidato que gasta pouco submetem-se às mesmas dificuldades. Então, alguma... Como um formulário simplificado da Receita Federal, que tinha, de primeiro, para aqueles candidatos que não gastam praticamente quase nada, que não fazem despesa — não é? Fazer uma coisa mais simples, e ver se é possível a gente colocar isso em lei.

E uma outra questão que eu não vejo muitas pessoas reclamando, mas lá no Piauí é um horror: essa questão dos gastos pessoais do candidato com o deslocamento no seu carro, com combustível, com despesa de alimentação. Então, chegou ao ponto, lá no Piauí, de um candidato ter, nas contas dele, um parecer dizendo que tinha irregularidades. E o candidato foi saber que irregularidades eram essas. Disseram: *“Não, você, tal dia, estive no Município de Parnaíba, e não tem despesa nem de hospedagem, nem de alimentação. Então, você sonegou a informação.”* E o candidato disse: *“Não eu me hospedei na casa do meu amigo Fulano de Tal, e comi na casa dele.”* Disseram: *“Ah, mas você tinha que ter a doação da hospedagem lá, e da comida.”* (Risos.)

Então, quem vai legislar jamais vai pensar que uma pessoa possa dar um parecer para reprovar a conta do candidato porque ele dormiu na casa de um amigo.

**O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA** - Não, e o...

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Mas, na prática...

**O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA** - Presidente, 10 segundos. E há postos de gasolina — e não são poucos — que não querem abastecer com cheque de campanha. Vários postos de gasolina do Estado de Minas Gerais não quiseram abastecer com cheques de campanha.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Imagine a pessoa dar um cheque de campanha para cada vez que for abastecer o carro. Então, o que eu sugeri? Já sugeri na outra Comissão e estou sugerindo nesta: que essas pequenas despesas de campanha que não influem no resultado eleitoral, como o deslocamento do candidato no seu próprio carro, a despesa de alimentação do candidato e do seu motorista, a despesa de hospedagem do candidato e do seu motorista — estou



dizendo do próprio carro, não estou dizendo do próprio avião não, porque o avião já faz a diferença, e hoje todos os candidatos têm carro...

E que se possa usar até as linhas telefônicas do candidato, porque a rigor hoje não pode. Eu digo isso, porque, se você tem uma linha telefônica no seu nome e você vai para um escritório, você tem que contratar uma linha telefônica nova por três meses, por tempo de campanha. Então, é uma coisa insensata.

E essas pequenas despesas — telefone, combustível, deslocamento de carro, alimentação, hospedagem — não têm influência nenhuma sobre o resultado eleitoral. Então, o melhor que nós faríamos seria tirar isso da prestação de contas, ninguém prestaria contas sobre isso. Um carro que é doado para a sua campanha, não. É doação, o carro andou, você tem que prestar contas e tudo. Mas o seu carro, com o qual você anda todo dia, no qual você se desloca, prestar contas de combustível que fez, do óleo que botou no carro, a manutenção do carro, trocou pneu, é besteira.

Nosso Ministro Toffoli, quando andou aqui, falou algumas questões sobre as quais estamos solicitando a análise da assessoria. Ele disse que tem, às vezes, um problema que gera até tipos de ações na Justiça. Ele mesmo acha que isso é um exagero, que deveria gerar só um tipo de ação e aí não poderia gerar outras ações, para simplificar o processo. Inclusive nós tivemos contato com ele e ele se comprometeu a fazer uma sugestão oficial à Comissão para essas matérias — que pudessemos simplificar, clarificar, tirar as dúvidas, para ficar um processo mais limpo, com menor possibilidade de interpretações diferentes.

E uma questão recorrente é que hoje tem alguns partidos — não estou criticando ninguém — que não permitem que sejam constituídos os Diretórios Municipais — não estou identificando nenhum partido, mas sabemos que existe isso —, partidos nos quais as pessoas concorrem em comissões provisórias. Por que os partidos fazem isso? Para poder ter o controle, o comando. Então, se alguém do partido não lê na cartilha dele, não tem problema, muda-se a comissão provisória, bota outro e o sujeito está fora do partido.

Então, nós estamos pensando em uma legislação por meio da qual possamos enfrentar isso, que seria: um partido recém-criado teria o direito de, na primeira



eleição, ainda concorrer sob comissões provisórias. Mas, a partir daí, só com diretórios definitivos, para evitar...

E teve uma questão, na outra Comissão, sobre a qual até o Deputado Garotinho insistiu muito, e nós achamos bastante razoável, que é a questão das multas que os candidatos recebem, que às vezes não são poucas. E às vezes a pessoa fica sem meios de pagar aquelas multas. Então, que as multas pudessem ser parceladas em até 60 meses e não pudessem comprometer mais do que 10% da receita do candidato. Acho isso bastante razoável, uma coisa que estamos estudando.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - É porque às vezes a pessoa é multada pelos mais diversos motivos: às vezes com razão ou sem razão, mas é multada. E aí empurra uma multa de 25 mil reais, mais outra de 25 mil, como é que a pessoa paga? Às vezes, tem...

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Tem que ser proporcional, porque, se nós vamos reduzir os gastos de campanha, a multa também tem que ser proporcional à nova realidade, dentro de proporções. Acho que é por aí o caminho.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - E tem a questão também do Fundo Partidário. Hoje, a regra é muito rígida. Então, digamos que um partido receba de Fundo Partidário, num determinado Estado, um milhão de reais. Presta conta da aplicação daquele dinheiro e a Justiça Eleitoral, digamos, glosa 100 mil. Só que a punição que a Justiça dá ao partido é ele passar um ano ou seis meses sem receber nada de Fundo Partidário. Aí inviabiliza completamente a existência do Partido.

Então, há uma ideia em curso de a penalização ser a seguinte: no próximo ano, o partido receberia o total menos aquilo que foi glosado. Então, se o partido foi glosado em 100 mil, no ano seguinte ele não receberia os 100 mil. E, ainda por cima, mais uma multa de uma ou duas vezes aquilo que foi glosado, para o partido tomar cuidado e não deixar ser glosado. Mas impedir 100% de receber, parece-me uma coisa muito drástica, que é o que acontece hoje.

**O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA** - Relator, só mais uma coisinha rápida sobre a questão das comissões provisórias, por trinta segundos.



Eu entendo o cuidado que os partidos têm com comissões provisórias. Caso haja uma mudança nisso, que seja colocado em lei que pode haver intervenção do partido, caso o diretório constituído não apoie candidatos do partido, porque vira uma bagunça, vira uma bagunça. Você coloca lá um diretório, estabelece um diretório por 4 anos, aí o cara que é mau-caráter — não tem outra palavra, ele é mau-caráter — vende o diretório para outro partido e não apoia os candidatos do seu partido, o que traz enfraquecimento aos partidos.

Então, caso acontecesse isso, que seja colocado em lei...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA** - Se o partido tiver candidato, ele tem que apoiar os candidatos do Partido, sob pena de perder imediatamente o diretório. Senão, é complicado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Foram esses os pontos aqui que eu levantei, mas evidentemente que V.Exas. podem levantar outros.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Presidente, eu queria um esclarecimento — eu devo ter perdido a reunião anterior — sobre como vai funcionar essa segunda Comissão que vai tratar dos temas relacionados à legislação infraconstitucional.

Esses temas que estão colocados aqui estão dentro desse caráter, porém não é aquilo que se imaginaria, ou pelo menos que eu imaginava que fosse a pauta, o objeto dessa outra Comissão, que diz respeito àqueles projetos de lei que tramitam na Casa. Inclusive eu cito como exemplo o projeto da Coalizão pela Reforma Política Democrática, que é uma proposta completa. Deve haver outras propostas também apensadas a essa. Como vai ser essa dinâmica de funcionamento, tendo em vista os prazos que são muito curtos?

Eu estou imaginando que esses pontos ou pelo menos grande parte deles não deve constar dessas outras matérias que vão ser objeto dessa outra Comissão. Então, eu estou perdida aqui para entender qual é a lógica que vai ser adotada nessa dinâmica de trabalho. Senão, é mais um trabalho que... Como é que fica?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Eu pediria ao ilustre Relator, Deputado Marcelo Castro, para que, com a sua objetividade usual, pudesse colocar



como está sendo pensado trabalhar essas novas ideias, para que nós possamos — aí, sim — abrir o debate para as inscrições.

Eu estou aqui atento para poder garantir as inscrições dos Srs. e das Sras. Parlamentares que se inscreveram. Para garantir a ordem das inscrições, o Deputado Marcelo Castro faria a explicação dessa orientação, e nós abriremos para as inscrições.

**A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO** - O que seria, então, o tema da proposta que será formulada como emenda constitucional? E estes são os temas da legislação infraconstitucional? É isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - O Deputado Marcelo Castro vai fazer a sua explicação sobre como será o encaminhamento dessa propostas nessa Comissão que trata dos temas infraconstitucionais. E aí nós abriremos o debate.

Com certeza, a partir do que o Deputado Marcelo Castro falar, muitos Deputados e Deputadas terão as suas ponderações. E eu faria um apelo para que essas ponderações sejam feitas na ordem da inscrição, até para respeitar. E aqueles que não se inscreveram podem se inscrever com a Secretária Regina.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Até agora, Deputada Luiza Erundina e Deputada Margarida Salomão, nós discutimos nesta Comissão vários temas: o fim da reeleição, o mandato de 5 anos, coincidência das eleições, voto facultativo, voto obrigatório, cláusula de desempenho. Estamos começando agora o financiamento e o sistema eleitoral.

Então, o que está decidido? Foi um trabalho que fizemos junto ao Presidente da Casa. O que for objeto de PEC vai para a PEC — quer dizer, o que for emenda constitucional vai para a PEC. O que for projeto de lei vai para esse projeto de lei. Aquilo que nós já debatemos aqui já está decidido que vai ser assim. Por exemplo, a questão do financiamento é tratada infraconstitucionalmente. Agora, nós temos que enfrentar um problema, o problema da permissão de empresas, se nós vamos continuar permitindo a empresas financiarem os candidatos ou não. Suponhamos que decidamos pela continuidade da permissão de doações de empresas. Aí obrigatoriamente terá que ser constitucionalizado. Por quê? Porque o Supremo já



praticamente decidiu — só não fez foi publicar ainda, porque ainda faltam os votos, já está seis a um — proibir as empresas de doarem, dizendo que é inconstitucional.

Nós só vamos conseguir o que nós estamos querendo, se constitucionalizar. Constitucionalizando, nós já temos a forma. É uma maneira bem simples de constitucionalizar, levando tudo para a lei, porque a lei é que vai dizer a maneira de funcionar. Agora, são trezentos e tantos projetos, Deputada. Aí não é fácil. A assessoria está ali olhando para mim, e eles estão com essa responsabilidade de levantar todas essas propostas para analisarmos uma a uma. E aquelas nas quais fizemos um filtro, vamos trazê-las para cá para debatermos, discutirmos. E o que não for possível, vamos colocar no projeto de lei para depois ser votado.

O que nós queremos aqui? No final, nós vamos apresentar uma PEC com todas as matérias de emenda constitucional e vamos apresentar um projeto de lei com todas as matérias de projeto de lei. Quais são as que obrigatoriamente estarão? Aquilo que nós discutirmos e acessoriamente aquelas que vierem dos projetos de lei. Aí nós vamos ter que ver aqueles projetos que podemos aproveitar, o que podemos colocar, o que precisamos discutir aqui. E evidentemente isso é uma mão de obra imensa, porque são trezentos e tantos projetos de lei, são mais de 150 PECs. Muitos são repetitivos, evidentemente, mas tudo isso está sendo catalogado para podermos fazer essa análise.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Marcelo Castro. Nós vamos, então, avançar para as inscrições.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - V.Exa. me permite, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Pois não.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - É só sobre um aspecto que faltou na fala do nosso Relator, que é quanto ao prazo, em que prazo vai se dar. Agora que se vai começar a discutir esses projetos de caráter infraconstitucional, enquanto a PEC já tem prazo regimental, já tem uma definição. Como é que se vai compatibilizar isso? Senão, ficamos na expectativa de que pelo menos parte desses projetos vai ser considerada. E em que prazo isso vai se dar? Senão, criaremos uma expectativa e depois vamos nos frustrar.





**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Claro. A nossa ideia, Deputada Luiza Erundina, é chegar ao final de abril com tudo pronto: PEC, projeto de lei, tudo ao mesmo tempo. Eu quero apresentar os dois ao mesmo tempo.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Uma coisa compatibilizada com a outra.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Final de abril. E votar e mandar para o Plenário. E o Presidente Eduardo Cunha quer votar no mês de maio e já declarou que quer pegar uma segunda-feira e começar a votar aqui de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, segunda, terça, quarta, quinta, sexta. E matar esse assunto, que vem se arrastando há anos, e a gente, muitas vezes, não consegue votar nem na Comissão nem no plenário. E, dessa vez, nós queremos ver se votamos na Comissão e no plenário também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Então, nós vamos dar sequência e abrir a oportunidade para que os Parlamentares possam se manifestar.

O Deputado Afonso Motta e o Deputado Uldurico Junior estão presentes? Eu gostaria aqui, até para poder garantir a oportunidade às Sras. e aos Srs. Deputados de poderem se manifestar, de manter aquela nossa regra usual de dar 4 minutos para cada um. Com isso, a gente garante o direito de todos.

Com a palavra o Deputado Uldurico Junior e, depois, o Deputado Henrique Fontana.

**O SR. DEPUTADO ULBURICO JUNIOR** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, em primeiro lugar, quero parabenizar a Mesa eleita da Comissão e dizer que não adianta — eu volto ao meu samba de uma nota só — nós conversarmos sobre barateamento de campanha, em diversos setores, como *marketing* e financiamento público, e, ao mesmo tempo, trabalharmos para o modelo distritão. Eu acho que isso vai de encontro a tudo o que a gente está trabalhando aqui. A discussão se encerra neste momento. Quando nós falamos em distritão, vamos de encontro à vontade do povo.

Mais uma vez, eu reitero que nós estamos participando aqui da Comissão Especial da Reforma Política, porque existe uma vontade popular para que se vote a



reforma política e para que aconteçam mudanças no nosso País. O povo brasileiro pede barateamento de campanha e coincidência de eleições. E, quando nós falamos em distritão, falamos em encarecimento de campanha. É errado quando alguns Deputados dizem que o distritão vai diminuir o número de candidatos, que isso vai ficar mais barato e que vai haver mais votos. Há um consenso aqui que nós vamos precisar ter muito mais voto no distritão.

É impossível, Sr. Presidente, que, lá no Chorrochó, onde eu não faço campanha, eu pegue os votos de um Deputado que tinha 2 mil, 3 mil votos, mas que não saiu candidato, se eu não tiver carro de som, placas e lideranças pedindo voto para mim. Então, esse argumento é fraco. Para mim, o que acaba com o número de candidatos é a coincidência das eleições, porque hoje há candidatos a Deputados que têm 2 mil, 3 mil votos. Eles não são candidatos porque acham que vão ganhar a eleição. Eles estão fazendo pré-campanha para uma eleição futura a Vereador ou a Prefeito. Eu acho que, com a coincidência das eleições, eles não vão poder fazer mais isso. Nós evitamos esses candidatos que não têm vontade de ganhar as eleições.

Quando nós falamos em distritão, falamos de uma eleição muito cara, onde vão mandar coronéis, onde não vai haver renovação política e onde não vai haver reciclagem de Deputados na Câmara. Isso é muito ruim. Não é da vontade popular que isso aconteça.

Então, eu venho aqui reiterar, mais uma vez, a minha posição contrária a isso. Sou a favor de quase tudo o que o nosso Relator falou, como barateamento de *marketing*, financiamento, prestação de contas de campanha, mas de nada vai valer aprovar um modelo que vai de encontro a tudo o que nós estamos propondo e ser contra a vontade popular.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Uldurico Junior.

Com a palavra agora o Deputado Henrique Fontana e, logo após, o Deputado Max Filho.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Quero cumprimentar os colegas Parlamentares, o nosso Presidente Rubens Otoni e o nosso Relator Marcelo Castro.



Primeiro, fazendo um toque de humor aqui, ironias da política e das mudanças de conjuntura, Presidente, há dois anos, quando eu tive a honra de ser Relator desta matéria, o atual Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, estava sentado em bancas, como nós aqui — e a Deputada Erundina foi nossa colega —, obstruindo a votação do relatório que eu apresentei à época. Até me lembro de que eu o desafiava, dizendo: “*Deputado Eduardo Cunha, V.Exa. pode derrotar o relatório, pode fazer destaques. Se V.Exa. é contra o financiamento público — que eu defendia —, pode fazer uma emenda, mantendo o financiamento privado das empresas*”. Mas ele não quis correr o risco da votação, porque sentia que nós podíamos ganhar naquele momento.

Como eu quero ver a roda andar para frente, Deputada Erundina, não vou ficar numa posição de obstrução. Eu quero votar a reforma política e quero conquistar a maioria dos colegas aqui no Plenário, com argumentos. E, portanto, acho que nós devemos, sim, votar a reforma política.

Quero saudar a instalação da Comissão da Reforma Política Infraconstitucional e inclusive lembrar a frase do nosso Relator, que eu procurei acompanhar com toda a atenção, quando diz: “*Na legislação infraconstitucional, nós vamos debater o financiamento eleitoral, porque ali é o lugar para debatê-lo, respeitadas as posições de todos nós que estamos aqui*”. Eu, por exemplo, defendo, com muita convicção, que é hora de nós fazemos essa grande mudança no sistema eleitoral brasileiro. Qual seja? Retirar as empresas do financiamento de eleições e dos partidos políticos, a qualquer tempo. Segundo, é necessário — e eu entro na questão do *marketing* — votar aquilo que o Parlamento nunca votou, ou seja, um teto real, efetivo e equânime para todos os candidatos ao mesmo cargo eleitoral, no mesmo Estado.

Por exemplo, eu e o Deputado Renato Molling concorreremos no Rio Grande do Sul. Se o teto de gasto para um candidato a Deputado Federal for, por hipótese, 400 mil reais, no Rio Grande do Sul — alguns dizem: “*Ah, mas é muito pouco!*” Pouco ou muito, não é o centro de debate; o que importa é ser igual —, ou seja, se o Deputado Renato e eu tivermos os mesmos 400 mil reais, eu faço a campanha com esse valor, porque, em vez de termos, por exemplo, 30 carros de som, podemos ter, os dois candidatos, três carros de som cada um. O problema é a corrida do ouro,



que vai desemparelhando a eleição, Presidente, dando mais chance de eleição para quem arrecada mais. Então, é o que se chama de concorrência desleal. Inclusive o uso do caixa dois hoje, que é violentíssimo na política brasileira, porque, em todas as investigações que a gente acompanha, ele vem à tona, Deputada Renata, desemparelha a eleição a favor de quem comete ilegalidade. Ou seja, ele quebra o princípio concorrencial de equidade, fora o abuso do poder econômico, que retira a chance de setores populares de eleger então o teto.

E aí eu entro na fala da Deputada Erundina. Eu vou defender o projeto da OAB e da CNBB quanto ao financiamento eleitoral. Eu ainda estou trabalhando nisso. Sinto que o Relator tem simpatia por isso. Ele pode colocar no seu relatório a parte do financiamento praticamente idêntica a essa proposta. Ou seja, retira o financiamento da pessoa jurídica, define o teto e permite o financiamento da pessoa física com valores menores.

Quero apresentar aqui uma sugestão ao nosso Relator. Aliás, grande parte do trabalho — sempre faço questão de reconhecer — foi da Consultoria da Casa. Eu trabalhei semanas num projeto, Deputado Jordy, de teto de gastos, onde nós olhamos para trás. Como havia sido gastos das eleições anteriores, Presidente, procuramos corrigir pontos muito fora da curva, definindo qual seria o teto razoável para cada um dos Estados brasileiros, para cada cargo que estava em disputa. Transformamos isso numa redação — já está feita; eu vou apresentá-la. Sugiro ao nosso Relator Marcelo Castro que ela seja uma das alternativas.

Por fim, uma última frase: eu peço a reflexão do Relator e dos colegas — estou de pleno acordo; temos que votar as duas peças quase ao mesmo tempo — e sugiro também que, primeiro, votemos o projeto de lei, porque quem pode conseguir o menos pode conseguir o mais. Se nós conseguimos uma maioria simples para aprovar um conjunto de mudanças, já demos o primeiro passo. E, a seguir, votamos a PEC para ver se alguns assuntos atingem os 308 votos necessários para a PEC, ou os 3/5 da nossa Comissão.

Desculpe a demora, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana, pela contribuição.



Vamos dar oportunidade agora ao Deputado Max Filho, para que possa se posicionar e, depois, à Deputada Clarissa Garotinho, por 4 minutos.

**O SR. DEPUTADO MAX FILHO** - Quero saudar a Mesa eleita para compor a Comissão.

Só por uma questão de esclarecimento, Presidente, gostaria de saber se os prazos seriam abertos novamente, a exemplo das PECs que se apresentavam. Quando se constituiu a Comissão, abriu-se um prazo a apresentação de novas propostas de emenda à Constituição.

Eu não sei se com a Comissão de Legislação Infraconstitucional se abririam novos prazos. Vejo que o Relator tem certa pressa e urgência — o tema é urgente e importante — de fechar o relatório ainda em abril. Não sei se abririam essa possibilidade.

Quero saudar a disposição do Deputado Henrique Fontana. Eu acho que esse esforço deve ser de todos nós, procurar aquilo que pode ser convergente, no sentido de sairmos do lugar comum, de sairmos dessa zona de conforto ou de desconforto das eleições no Brasil.

Eu disse, na semana passada, volto a colocar, ouvi aqui a fala do Deputado Lincoln Portela, é interessante que eu me identifico muito com essa fala de S.Exa., porque realmente há alguns partidos, algumas direções partidárias que têm sido verdadeiros joguetes na mão de interesses menores subalternos da política.

Lá no Espírito Santo já se criou a figura do corretor de partidos. O cidadão que controla vários partidos, então, negocia.

Na semana passada, a Presidenta Dilma Rousseff editou uma medida provisória proibindo a eleição indefinida de dirigentes de clubes, de federações. Parece que nós nos preocupamos muito mais com as federações de futebol esportivos do que com os partidos políticos no Brasil.

Há partidos que são controlados, de forma indefinida, presididos pela mesma personalidade, que faz do partido uma coisa como, de fato, ele é, uma coisa privada. A Lei Orgânica dos Partidos Políticos determinou que eles são pessoas jurídicas de direito privado. A questão partidária é também importante. Talvez, essa legislação infraconstitucional seja importante para se definir isso.



Em relação à questão do financiamento das campanhas, penso que o financiamento público que o PT defende, eu sou do PSDB, mas eu sou simpático, agora, não vejo com bons olhos, o Governo decidindo quem financiar, com quanto financiar. Talvez, colocar isso na mão das pessoas físicas, abrindo a brecha da dedução do Imposto de Renda.

O financiamento é público, seria recurso público, deixaria de entrar nos cofres da Nação, mas o cidadão definindo a quem contribuir. Eu acho que é muito mais democrático do que nós fecharmos, por lei, quanto cada candidato vai receber, além do fato de que há candidatos que são laranjas, são plantados para cumprir uma determinada finalidade.

Quando se fala em financiamento público, eu fico horrorizado. Quer dizer, todos vão receber, facilmente, do poder público, do fundo partidário. Eu ousei, inclusive votei contra o Orçamento da União, quando da votação, fui um Deputado que votei contra, depois soube que outros Deputados votaram contra.

A elevação, a repercussão negativa que houve, de 200 milhões para 800 milhões, do Fundo Partidário, será que a sociedade vai ver com bons olhos?

Só para concluir, será que veríamos com bons olhos o poder público financiando indistintamente todo tipo de campanha, todo tipo de gasto de campanha de candidatos laranjas que não vão nem fazer campanha, vão receber o financiamento público?

Para finalizar, Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, a questão do teto para doação, não resolve o problema do caixa dois. Você tem que fazer limitação expressa na lei a respeito da utilização despudorada do *marketing* político, assim como se proibiu, no passado, os artistas. Não tem mais o showmício. Eu acho que foi um avanço.

É necessário que novos avanços se estabeleçam no sentido de conter esse verdadeiro espetáculo de ganância nas campanhas, ganância desenfreada.

Obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Max Filho, pela participação, pela contribuição. Respondendo à indagação inicial de V.Exa., esta Comissão Especial é destinada apenas a efetuar um estudo e, assim, apresentar propostas em relação às matérias infraconstitucionais. Ela não tem que



dar parecer sobre nenhuma matéria e, por isso mesmo, não tem prazo. Então, aí não conta prazo o encaminhamento dessa discussão.

Com a palavra a Deputada Clarissa Garotinho e, depois, a Deputada Margarida Salomão.

**A SRA. DEPUTADA CLARISSA GAROTINHO** - Sras. e Srs. Deputados, eu não sou membro desta Comissão, mas considero esta Comissão de extrema importância para esta Casa e para o País, no momento em que estamos vendo o povo brasileiro pedindo, entre outras coisas, a reforma política, mais até do que simplesmente uma reforma eleitoral, como esta Comissão está propondo.

Os temas que foram apresentados, eu anotei basicamente dez, eles serão, certamente, amplamente debatidos aqui pela Comissão para que a gente possa chegar a um consenso que vai constar no relatório.

No entanto, eu queria propor a inclusão de mais dois temas que não foram citados e que eu considero fundamentais. Um deles é a questão da divulgação de pesquisas eleitorais. Esse é um debate que nós não podemos nos furtar a ele. As pesquisas eleitorais não têm outro objetivo se não influenciar resultado das eleições.

A gente sabe que ainda tem muita gente que se deixa levar pelo resultado: *“ah, se esse candidato não tem chance, então, eu vou votar no outro que tem mais chance”*. Pesquisa eleitoral tem que servir simplesmente para orientação partidária.

Portanto, eu sou radicalmente contra divulgação de pesquisa eleitoral, a qualquer tempo das eleições, mas acho que esse é um debate que precisa ser feito aqui dentro. Se não for a qualquer tempo que, pelo menos, se limite a um período razoável antes do processo eleitoral para que a gente acabe com essa prática muito ruim de tentar influenciar o voto das pessoas através do resultado de pesquisas.

O segundo tema, que é um tema bastante delicado, e o Tribunal Superior Eleitoral nunca gosta de tratar dele, parece que é assunto proibido no Brasil, mas precisa se tratar, é sobre a questão do voto eletrônico e a impossibilidade de auditoria nas urnas eletrônicas brasileiras.

Esse é um tema que esta Comissão tem que discutir, porque a principal arma do cidadão brasileiro é o seu voto. O principal instrumento da democracia brasileira é o voto de cada cidadão brasileiro. Se eu não saio de casa tendo a certeza de que o meu voto está valendo, acabou a democracia.



Hoje, o Brasil é o único país do mundo, dentre todos os países que utilizam voto eletrônico, que usa urna eletrônica de primeira geração. Todos os outros países que fazem voto eletrônico, todos, Venezuela, Holanda, Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Rússia, Argentina, Equador, México, abandonaram urna eletrônica de primeira geração, justamente porque ela não é confiável, porque ela é totalmente dependente de *software*, e, urna totalmente dependente de *software* é urna que pode sofrer modificações intencionais e modificação no resultado das eleições.

É inadmissível que não se tenha outro mecanismo de aferição e de conferência do voto que não seja o eletrônico. Então, eu considero fundamental que nós possamos dar garantia ao povo brasileiro de que o seu voto, de fato, vale. Isso é voz das urnas.

Esse questionamento vem acontecendo há muitos anos. Já tem várias ações que são simplesmente ignoradas no Tribunal Superior Eleitoral, em instâncias judiciárias. Simplesmente ignoram.

Várias denúncias de Deputados já foram feitas no plenário da Câmara dos Deputados. Agora mesmo, bem recentemente, o PSDB questionou o resultado das eleições presidenciais.

Eu também questiono o resultado das eleições do Estado do Rio de Janeiro, onde a pesquisa de boca de urna, portanto quando todos os eleitores já tinham votado e não mais alterariam o seu voto, dava uma diferença, entre o primeiro e o segundo colocado, de 6 pontos percentuais e com as urnas abertas deram 20 pontos percentuais. Uma margem de erro absurda. Esse não pode ser tratado como um tema proibido no Brasil.

Precisamos modificar o nosso sistema, não para regredir, mas para que tenha mecanismos de auditoria que possa garantir ao povo brasileiro a confiança no seu voto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputada Clarissa Garotinho. Mesmo não sendo membro da nossa Comissão, está sempre bem-vinda e a Comissão sempre aberta para receber a participação de todos os Parlamentares que têm o interesse de contribuir no debate desse tema.





Com a palavra a Deputada Margarida Salomão e, depois, o Deputado Milton Monti.

**A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO** - A primeira coisa, Sr. Presidente, é saudar os eleitos hoje para essa tarefa nesta Comissão que vai tratar das questões que vão ser equacionadas infraconstitucionalmente, complementando, portanto, a comissão que foi originariamente constituída.

A primeira coisa é o desafio do trabalho do Relator. Como foi dito aqui anteriormente, pelo primeiro dos oradores inscritos, há uma natureza sistêmica nas decisões que foram adotadas.

Por exemplo, há uma óbvia incompatibilidade entre o sistema eleitoral distritão e a tentativa de baixar os gastos para financiar a disputa nesses termos.

Se de outro lado houver outro tipo de decisão sobre o sistema de voto, digamos, distrital misto, você pode trabalhar até com o financiamento público dentro de certos limites, que é muito mais razoável imaginar equanimidade nas disputas dentro dos distritos e entre as listas.

Então, eu acho que a maneira como se vai fazer o encaminhamento dessas propostas é o encaminhamento crítico por conta do grau de amarração que há entre as alternativas.

A segunda coisa que mais de um orador mencionou aqui é que o povo está com vontade da reforma política. Nós temos que buscar compreender o que significa isso.

Se nós formos imaginar as pessoas comuns do povo, elas não estão discutindo se vamos ter coincidência de mandatos, se vamos ter mandato tampão, se vamos ter voto distrital. Definitivamente, isso não pertence ao tipo de debate que nós escutamos nas cenas comuns. O que eu penso que o povo quer é que a representação seja fidedigna. Essa é a cartolina: *“não me representa”*.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Que nós o representemos.

**A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO** - Que nós o representemos. Este é o desejo. Eu acho que esse desejo vem com o imperativo de que as campanhas sejam mais baratas para que elas sejam mais disputáveis.



Muitas vezes, quem teria a incumbência da representação, não consegue cumpri-la exatamente por conta da artificialidade no processo da disputa pelas tantas razões aqui já mencionadas.

Aí eu quero encaminhar o meu apoio à proposta da coligação democrática, pensando que, talvez, duas coisas tenham que ser distinguidas: o teto global para as disputas em todos os níveis, Deputado, prefeito, obviamente com as variações regionais.

Eu acho que se nós determinarmos o teto, nós podemos até imaginar o financiamento privado de campanha. O bom seria que esse financiamento privado também tomasse a forma do financiamento de pessoa física e aí eu tomo emprestada a proposta do Deputado Max Filho: com dedução no Imposto de Renda, porque aí se trata de financiamento público, mas é um financiamento público obviamente circunstanciado pelas lealdades políticas daquele que contribui.

Parece-me que esse processo é muito semelhante àquele que hoje é adotado nos Estados Unidos. Então, eu acho que é alguma coisa para nós pensarmos como uma boa possibilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputada Margarida Salomão pela contribuição no debate.

Com a palavra o Deputado Milton Monti. Em seguida, o Deputado Afonso Hamm.

**O SR. DEPUTADO MILTON MONTI** - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu só quero pontuar algumas questões aqui e discordar do Líder Henrique Fontana.

Eu acho que nós temos que votar, primeiro, a matéria constitucional, porque, veja, como é que nós vamos tratar da legislação infraconstitucional se nós não temos garantia de que alguns aspectos estarão garantidos na matéria constitucional?

Vamos pegar o exemplo do financiamento público. Há um debate se será aceito aqui financiamento de empresa ou não. Se for aceito, essa matéria precisa ser constitucionalizada. Se ela for constitucionalizada, esse assunto está resolvido. Se ela não for, não tiver sido votada ainda, como é que nós vamos decidir, na legislação infraconstitucional, uma matéria que está pendente para ser decidida na legislação constitucional?



Então, só quero deixar minha opinião, que eu acho que é uma questão de lógica. Nós não podemos votar uma lei que colida com a Constituição. Nós temos que ter a definição constitucional para depois tratarmos da matéria infraconstitucional.

O que eu também quero dizer, completando o que disse a nossa Deputada, a respeito do que as ruas estão falando. As ruas não sabem a respeito, realmente, de reeleição, coincidência, se nós vamos ter essa metodologia, mas as ruas querem transparência. As ruas querem uma proximidade, uma representatividade maior. E aqui eu quero lançar uma questão que já tenho dito em vários outros debates no que diz respeito a financiamento. O objetivo nosso é fazer com que nós tenhamos campanhas mais baratas, mais igualitárias. E, nesse aspecto, em minha opinião, eu acho que vender que o simples fato de não ter o financiamento de empresa vai cumprir com esse objetivo, eu acho que isso é temerário. Nós devemos cumprir o objetivo estabelecendo limites.

Até porque eu já disse aqui: as pessoas jurídicas são obrigatoriamente pessoas físicas. Se amanhã determinada empresa quiser movimentar os seus funcionários para fazer doações físicas, com determinados interesses, nós vamos ter ainda um apoio disfarçado. Por que não ter o apoio oficial? E aí nós vamos ter transparência para acompanhar a conduta do Parlamentar frente às questões relativas às pessoas que participaram da sua campanha.

O principal, em minha opinião, é termos um limite para a doação, independente se ela vai ser uma doação de pessoa física, de pessoa jurídica. E acho que a questão da dedução de Imposto de Renda, embora sendo simpática, a população também não vê isso com bons olhos. Nós temos tantas carências na área de saúde, de educação, de infraestrutura, de cultura, nós temos tantas dificuldades no País, e imaginar que nós vamos colocar mais dinheiro público nas campanhas políticas, eu também tenho aqui minhas ressalvas. E acho que nós temos que tomar cuidado com isso.

O que nós precisamos ter? Luz, luz do sol, transparência, para que as coisas sejam feitas de forma correta. Não podemos vender a imagem de que uma mudança simplesmente, a campanha ser financiada pelo sistema público ou ser apenas por pessoas físicas, fará com que eliminemos o caixa dois, que eliminemos os gastos



exagerados. Temos que ter outros mecanismos para eliminar o caixa dois, outros mecanismos para eliminar os gastos exagerados de campanha. E vamos assim responder, realmente, às expectativas da população.

Quero cumprimentar a constituição desta Comissão. Vamos trabalhar muito. Eu ouvi aqui também o Líder Henrique — e acho que ele fez uma observação importante, só para finalizar, Presidente —, que nós devemos ser aqui espíritos desarmados. Eu tenho minhas posições, outros têm outras posições, mas não podemos, por conta das nossas posições, obstruir o processo. Vamos para o voto. Vamos tentar. Eu vou tentar convencer as pessoas para que votem da forma como penso. E vou ser convencido, talvez em alguns aspectos, por outros colegas. E vamos decidir no voto. Temos que votar. Temos que votar aqui na Comissão, temos que votar no plenário. Vamos votar, porque, não é porque determinado aspecto não me agrada naquele contexto que eu possa fazer com que o processo todo caia por terra ou que obstrua. Então, não vamos votar nada.

Acho que essa fala foi importante, espero que ela seja lembrada e seguida aqui em todos os nossos movimentos daqui para frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Milton Monti. Não há dúvida de que a obstrução é um instrumento também democrático do nosso processo de debate, mas o que nós temos percebido aqui é uma disposição muito grande de todas as lideranças de poder ampliar o debate e também chegar a uma solução, até para podermos avançar a reforma política. Se não for aquela que sonhamos, pelo menos, aquela que é possível avançar o nosso sistema.

Com a palavra o Deputado Afonso Hamm. Depois, o Deputado Lincoln Portela.

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Deputado Rubens Otoni, a quem cumprimento na condição de Presidente, cumprimento o Deputado Marcelo Castro, até porque ontem, no Rio Grande do Sul, lá em Porto Alegre, nós tivemos exatamente a participação em um fórum, no âmbito da Assembleia Legislativa, num primeiro momento, com a presença do Presidente Eduardo Cunha, do Vice-Presidente da República, e, logo em seguida, um painel, em que nós participamos — o colega Henrique Fontana conosco, o Deputado Renato Molling, o meu tocaio, o Deputado Afonso Motta, o Deputado José Fogaça, o Deputado Ibsen Pinheiro. E



pelo que recordo aqui, uma presença expressiva de Parlamentares, Deputados Federais e Deputados Estaduais, presença de Prefeitos, lideranças, Vereadores, o mundo político representado num fórum que teve depois seu desdobramento.

Nós participamos num primeiro momento da discussão e depois viemos para cumprir a nossa missão aqui, que é de participar das votações e estarmos presentes aqui.

Mas quero cumprimentar pelo desprendimento da nossa Comissão Especial, também o nosso Presidente, o Deputado Rodrigo Maia, também presente, também opinando, também colocando, e, naturalmente, o nosso Relator. E nós vamos auxiliá-lo a ter a capacidade de sintetizar a vontade da sociedade brasileira. Eu tenho dito, não é a vontade do Parlamentar, do político “a”, do político “b”. Nós temos que fazer a reforma para o País, a reforma estrutural, que é a reforma política.

E lá eu dei o meu testemunho também de abrir mão já de alguns pontos. Nós temos dois pontos de sistema eleitoral, o distritão, defendido, em que fiz a sustentação por muito tempo. E, como nós caminhamos para o distrital misto, lá nós explicávamos. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, são 31 Deputados Federais, então, nós vamos ter 15 distritos. Vamos ter um representante eleito, de algum partido, de forma direta. E a outra metade concorre pelo desempenho. Então, fica equilibrado.

E, ao mesmo tempo, há um trabalho regionalizado, embora eu concorde que o Deputado Federal não é só um Deputado, ele representa, sim, uma região, mas ele representa um Estado da Federação, representa a União e tem que estabelecer as políticas nacionais. É para isso que nós somos. Porque a outra instância tem o Deputado Estadual, há outras instâncias. Mas, está se caminhando nesse sentido. E são adequações que nós temos feito.

Sobre esse primeiro tema agora da nossa Comissão constituída, ela foi constituída bem depois, mas nós temos o prazo final, é o mesmo. Eu queria fazer a pergunta ao Presidente e ao Relator. Nós vamos ter que correr mais ainda, de uma forma sintetizada, porque a ideia do que eu tenho noção, e o próprio Presidente apresentou lá e deu as garantias, é que, a partir de 40 sessões, a contar lá de trás, de quando instalamos a primeira Comissão, que é da parte constitucional, e agora a nossa Comissão supraconstitucional, como esta é chamada, nós temos igual a um



prazo para esta menor. E nós temos que apresentar no mesmo prazo, que é a data que se fala, em 10, 11 de maio, ou entre a primeira e a terceira semana de maio. Nós temos o mês de abril.

Então, a pergunta e a constatação é óbvia, que sobre esses temas de projeto nós vamos ter que correr, concentrar um esforço para fazer o nivelamento, para nós termos uma legislação que caminhe junto. Esse é o primeiro ponto.

Outro aspecto é sublinhar, e já vou finalizar, em relação à questão dos limites ou do teto de financiamento. Acho que cada vez avança mais a discussão de que, dada toda a conjuntura e os reflexos que estão se vivenciando no País, cada vez diminui o espaço para que nós tenhamos financiamento empresarial. Todo mundo acha que é importante, mas não há o entendimento de que o financiamento empresarial venha a ser contemplado. Então, já passando o posicionamento da acessibilidade que ocorre, eu sou autor de uma emenda, tenho outras iniciativas, limitando no salário mínimo a contribuição de pessoa física, até porque a OAB não tinha um referencial. E muitos aqui dos nossos colegas, em torno de 200 Parlamentares, apoiaram. Alguns não apoiaram no mérito, mas apoiaram e vêm maturando.

E coloquei também lá que 50% do financiamento são para limitar o financiamento de pessoa física, em 50%. De onde vêm os outros 50%? Do financiamento público, de um fundo a ser constituído para o ano eleitoral que houver. Há gente que acha que não deve ter financiamento público, mas há uma necessidade estrutural, vai ser por um prazo de cinco anos, você vai ter no orçamento de um ano. E o que dimensiona o tamanho e o limite da campanha é exatamente esse valor que se consegue, do âmbito público e da outra metade, no máximo de captação de pessoas físicas.

E o outro ponto que eu queria colaborar, porque o nosso Relator está pedindo sugestões, e é difícil, em três minutos, dar sugestões, estou me esforçando, Presidente Otoni, mas eu queria dizer que, em relação à contribuição do candidato, a minha sugestão, eu não fiz emenda sobre esse sentido, deve se limitar a 10% do total de teto de gastos. Eu imagino que a contribuição individual de alguém, para dar equilíbrio, não pode ultrapassar 10% do gasto total, sob pena, até de ter um percentual, para ser equilibrado. Os outros 90% ele vai buscar.



Senão alguém muito rico vai financiar sua própria campanha, mesmo numa campanha menor e mais racionalizada, se nós não tivermos limite para o financiamento individual do candidato através das suas receitas. E nós estamos falando em democratizar o processo, nós estamos falando em dar transparência.

Então, eu quero fazer a sugestão, pois percebi que o Relator quer mais sugestões objetivas, eu estou colocando um limite de 10% sobre a contribuição individual de cada candidato. Seria isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Afonso Hamm, pela colaboração e pela disposição de poder continuar ajudando no debate.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Só uma frase, Presidente, no projeto de financiamento proposto pela OAB e CNBB, o próprio candidato pode colocar tanto quanto qualquer outro cidadão. Ele não pode colocar mais do que 700 reais na campanha. Mesma coisa que outros Estados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Afonso Hamm, pela contribuição.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.) Qual é o teto?*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Não estando presente o Deputado Lincoln Portela, passamos a palavra para o Deputado Renato Molling. Depois, para o Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING** - Eu queria cumprimentar o Presidente, Rubens Otoni, cumprimentar o Marcelo Castro, que tem andado por esse Brasil afora em busca de subsídios para esta reforma tão importante. Parabenizo-o pelo esforço, principalmente pela serenidade.

E, quando nós vimos o nosso Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, colocar que, no mês de maio, vai ser votado, isso nos deixa bem otimistas, porque realmente parece que agora esta reforma tão importante vai sair.

Acho que uma questão muito importante é o teto de campanha. É limitar o valor para se gastar em campanhas políticas. Quanto à questão do financiamento, eu ainda defendo. Eu acho que a maior corrupção não está no financiamento privado de campanha, mas está ainda na área pública. Se nós tirarmos o



financiamento privado, nós estamos excluindo uma parte importante da sociedade de poder participar do processo político, que são as empresas.

As doações para candidatos, eu acredito que possam continuar, limitando o valor. Quer dizer, se limitarmos lá no Rio Grande do Sul, em 1 milhão... Agora, de onde? Se vem de pessoa física, se vem de empresa, juntamente com o financiamento público, acho que isso faz parte da democracia, de dar condições para que todos participem. Agora, se nós limitarmos para pessoa física, qual é o interesse que a pessoa física tem de contribuir?

Na última campanha, para conseguirmos colocar uma placa, tinha que pagar. Imagine a doação. Por que a pessoa física vai doar? Vai ter algum interesse. Ou vamos pegar o dinheiro e distribuir para uns 200. Eu te dou um salário mínimo aqui depois de contribuir para mim: vai acontecer isso. Então, infelizmente, é assim que acontece. Então, eu acho que nós temos que limitar o valor. Agora, deixar as empresas, porque a empresa é importante no processo do nosso País, no desenvolvimento... No momento em que ela não pode contribuir para nada, vamos dizer, as empresas têm o seu interesse também na Câmara. Claro que, daqui a pouco, nós proibirmos o financiamento de empresas que trabalhem para o Governo, que têm interesse direto em obras, aí já é uma coisa. Agora, há setores na economia que precisam da Câmara. Imaginem se eles não tiverem mais condições de participar com nada, não é? Vai virar um caos aqui. Assim, as empresas já sofrem demais aqui, cada vez diminuindo, com projetos sempre contra, contra, contra. Imaginem no momento em que não conseguem mais contribuir com absolutamente ninguém, com nada. Vai ser muito pior. E a indústria é importante para o nosso País. Então, o teto eu acho que resolve essa questão, e a fiscalização, e diminuir o tamanho de campanha, diminuir a possibilidade de colocar placas, essas questões todas, acho que dá condições.

Há dificuldade em se arrecadar recursos, é extremamente difícil conseguir 5 mil, 10 mil, 20 mil, mas acho que nós não podemos proibir as empresas de poderem participar. Ou se faz um financiamento somente público, porque com pessoa física vai acontecer isso, e aí tem gente que tem muito mais facilidade. Se eu tenho um sindicato na mão que tem lá 10 mil sócios, é muito fácil eles contribuírem, não é?





Primeiro eu repasso, depois vem de volta. Agora, quem não tem isso? Então, com certeza, vai ser isso.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Renato Molling. Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy. Depois, a Deputada Luiza Erundina.

Deputado Arnaldo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar todos os integrantes da Comissão, cumprimentar o nosso Relator, Deputado Marcelo, que está conduzindo brilhante e pacientemente essa tarefa árdua e dizer o seguinte: eu, realmente, fico aqui num esforço muito grande para entender alguns argumentos.

Eu queria apenas reforçar o que disse aqui ao Sr. Relator a Deputada Clarissa Garotinho com relação a essa questão das pesquisas. Eu não sei se proibir as pesquisas eleitorais contribui para a aferição do processo democrático. Pelo menos, a maioria dos países democráticos não tem essa experiência acumulada; as pesquisas existem. O que eu acho que precisa fazer é regular esse festival de manipulações que existe no Brasil, e o nosso histórico é absolutamente farto nessa direção.

As pesquisas, no Brasil, nos últimos anos, têm sido muito mais para formar a opinião do eleitor do que para expressar a opinião formada. E, evidentemente, que num cultura ainda frágil, do ponto de vista do exercício democrático, o que é a nossa, isso decide uma eleição. Decide a eleição. Então, eu acho que é preciso que a gente aborde isso de alguma forma e fica aqui a sugestão de que V.Exa. possa encontrar entre as diversas propostas aqui, como tem feito de forma muito sábia, um instituto que possa encontrar um ponto de equilíbrio entre a proibição e essa abertura de manipulação que tem se verificado.

A outra questão é o seguinte: eu tenho dificuldade de entender a motivação real de uma grande empresa financiar uma campanha eleitoral, pela minha experiência no Estado do Pará e de outros que a gente ouve.

O Ministro Toffoli, na última sessão em que esteve aqui, revelou os dez maiores financiadores de campanha do Brasil. Eu estou aqui atento aos cinco que



eu consegui anotar: isso dá quase 800 milhões de reais. O Grupo JBS é o principal, é o primeiro da lista, com 361 milhões. Foi quanto o Grupo JBS... Eu fico me perguntando onde é o limite entre o compromisso com o fortalecimento da democracia e, na verdade, para que esses mandatos possam ser um pouco talvez dóceis com os interesses que esse Grupo tem, não é?, no processo político. Fazendo uma conta rápida aqui, se cada Deputado desta Casa, dos 513, receber 300 mil reais, são 150 milhões e ainda sobram 210 milhões para um financiador, que foi o maior financiador de campanha do Brasil.

Então, é evidente o que disse o Deputado Hamm, que essa conjuntura, ao que nós estamos assistindo no petrolão, no mensalão e todos os demais que não vieram à tona, evidentemente, têm a ver com esse sistema aberto, 100% aberto, de financiamento. Eu acho, o problema das empresas, quer dizer, quando você nivela, alguém pergunta: *“Mas, e aí, como vai (ininteligível) o financiamento?”* Você iguala, vai ter a dificuldade para todo o mundo. O financiamento público e o financiamento privado individual, pessoa física. E acho que nesse aspecto a proposta da OAB e da CNBB estabelece o limite, inclusive para o próprio candidato. O próprio candidato pode contribuir com a sua campanha no limite que todo cidadão, pessoa física pode contribuir para a campanha eleitoral. Acho que a gente avança muito nisso.

E, por fim, Sr. Presidente, tem uma outra questão, que é a questão do projeto do limite de idade para disputa de mandatos eleitorais. Eu não a vi no rol de apresentação que V.Exa. colocou. Existem algumas matérias aqui na Casa tramitando, e acho que faz sentido a alteração no sentido de reduzir a idade. Hoje, um jovem de 20, 22 anos tem plena condição de exercitar esse processo político.

Eram as observações que eu gostaria de fazer a V.Exa. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Arnaldo.

Com a palavra a Deputada Luiza Erundina. Depois, a Deputada Gorete Pereira.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Presidente, colegas, frequentemente, nas falas que se ouvem sucessivamente, não só nesta mas em outras reuniões dessa Comissão, sempre se procura identificar o recado das ruas no momento em que esse recado é dado. Fala-se, exatamente, no grito de que vocês



não nos representam e, ao mesmo tempo, de que nós queremos participar. Eu acho que disso dá para inferir uma crítica ao sistema representativo que, por sua vez, está em crise. A meu ver, há uma crise de representação se essa representação não é reconhecida, não é legitimada pelo representado, que direta ou indiretamente contribuiu para que esses representantes estivessem aqui no Parlamento.

Por outro lado, Presidente, há uma outra demanda de mais da metade da população brasileira que está excluída dos espaços de poder, que são as mulheres e que também correspondem a mais de 50% dos eleitores. E eu fico bastante incomodada e de uma certa (*ininteligível*) aflita, porque, embora nós, mulheres, reiteradamente trazemos essa proposta ao debate — temos emendas colocadas, seja no âmbito da primeira fase do debate como também da segunda —, nós não percebemos, não sentimos, não constatamos que esse tema esteja na preocupação e no entendimento dos membros dessas comissões. E não se trata só de mulher, porque se fosse só a fala das mulheres, nós somos sempre a minoria, e mesmo essa minoria não tem sido ouvida. Então, o que eu quero dizer com isso?

Eu acho que — eu acho, não —, eu entendo que o Relator tem um papel fundamental no resultado final desse processo, e o nosso Relator tem demonstrado uma preocupação de ser o mais transparente, de ser o mais democrático possível, mas, por outro lado, a sua opinião, a sua posição tem peso, e deve ter peso mesmo, e eu queria quase que fazer um apelo: não vamos deixar mais uma vez de lado dois grandes temas, que estão inclusive presentes nas falas das ruas, que são a paridade de gênero na representação política, e na participação política, e a democracia direta, a democracia participativa, que é aquela que garante participação da cidadania naquele segmento mais importante da vida da sociedade, que é a participação política.

A Constituição de 88 dispõe de mecanismos de democracia direta e democracia participativa. Mas, até hoje, esses mecanismos não foram plenamente exercitados ou aplicados, porque eles não foram devidamente regulamentados. Quer dizer, se sequer aquilo que se conquistou na Constituição de 88 não foi regulamentado, do ponto de vista dos instrumentos e mecanismos de democracia direta, participativa, com certeza, se não colocarmos em ordem de prioridade, de importância tanto quanto os outros temas essas duas questões, que é a paridade de



gênero na representação política e a democracia direta e participativa, a democracia representativa será insuficiente para configurar o pleno exercício da democracia em nosso País.

E, para concluir, lembrar que hoje a democracia representativa não está em crise só no Brasil, ela está em crise no mundo todo. E é por isso que as novas propostas de partido, as novas experiências que estão se colocando no mundo democrático, que é o modelo de democracia direta e participativa, estão no mesmo grau de importância ou até mais importantes do que a democracia representativa.

Então, o que é isso? É um apelo, um grito e uma aflição que eu sinto de que esses dois temas — embora estejam lá no projeto da coalização democrática, que está como projeto de lei apresentado aqui nesta Casa, mas não me consta de que nas pautas, inclusive de nossas reuniões —, tenham sido colocados na ordem de importância que a meu ver, do ponto de vista até da democracia, não podem ser deixados em último plano ou esquecidos de todo quando estivermos a apresentar uma proposta a ser discutida e votada por esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputada Luiza Erundina, pela participação e por fazer esse alerta tão importante sobre dois temas que, sem dúvida nenhuma, são fundamentais num debate como esse que nós estamos fazendo da reforma política. Nós esperamos que no resultado final desse trabalho nós tenhamos avanços também no que diz respeito à questão da paridade de gênero e também à questão da democracia participativa e da democracia direta. Estamos ansiosos para que isso também possa avançar.

A Deputada Gorete Pereira agora tem a oportunidade de se manifestar. Depois, o Deputado Joaquim Passarinho.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Presidente, Relator, Marcelo, que, com tanta paciência, está nos ouvindo todo esse período, eu gostaria de dizer, e até ser um pouquinho contrária aqui ao que a Clarissa falou, que as ruas estão clamando por uma reforma política, mas não estão dizendo, exatamente, o que elas gostariam de ter.

Foi feito agora tipo um semináriozinho lá na minha cidade, lá em Fortaleza, onde a gente começou a ouvir algumas pessoas em relação à reforma política. E eu não poderia deixar de dizer aqui que a preocupação é única, é financiamento público



de campanha. E todos dizem assim, e é a voz do povo, realmente: *“Tem que tirar o financiamento privado de campanha, tem que ir para o físico e para o de partido, a doação tem que ser de pessoa física e partido.”* Eles falam isso com muita categoria. E, quando eu sou contrária aqui ao colega que limita em um salário mínimo, realmente, a doação da pessoa física, é porque nós iríamos passar a nossa eleição toda de pires na mão atrás de pedir um salário mínimo a cada pessoa para poder fazer eleição.

Então, é muito importante que seja dado um teto, e a pessoa física que for doar se responsabilizar pelo que está fazendo; quem tem que justificar o que foi dado é ela. Então, se ela tem mais, se ela quer dar mais... Só que a gente tem que ter um teto, que não possa passar desse teto para que todos possam receber.

Como problema detectado ontem, eu, conversando com o José Múcio também, que foi Deputado desta Casa, ele disse uma coisa que eu achei muito importante, porque ele tem também um projeto na Casa de reforma política; ele disse: *“Gorete, com todos esses problemas por que o Brasil está passando hoje, a gente não poderia nunca deixar esquecer que a gente tem que coincidir esse mandato lá frente. Nós não temos nem como fazer o País hoje trabalhar a favor dessas prefeituras e nem ser liberado o que está precisando ser liberado para os próprios Prefeitos, que vão ficar numa ansiedade, em cima do Congresso Nacional, para que sejam liberadas as suas emendas, sejam liberadas as suas obras de programa, de saúde, de tudo, se você... Seria uma economia para o País se coincidissem lá”.*

E eu... Eu dou uma recomendação que ele também falou que eu dissesse aqui e que é a recomendação de muita gente também na rua, que é o voto majoritário. O voto majoritário resolveria tudo, então eles falam. E, nesse seminário, eu fiquei impressionada como eles falam: *“Vamos fazer o voto majoritário, os financiamentos serem dessa forma que eu já falei, da pessoa física, não haver a reeleição e ter a coincidência de mandato”.* Isso está na cabeça da população para a gente sair daqui.

Mas o mais importante é que, quando falaram aqui, agora pegando um pouco do que a Luiza Erundina falou sobre as candidaturas laranja, aí eu digo: é exatamente a candidatura das mulheres. Foram formadas aquelas cotas de 30%



para os partidos terem candidatura. Nós precisamos mexer no Fundo Partidário, que pelo menos esses 30% do Fundo Partidário sejam ligados também às mulheres, e que a gente possa evoluir em 30% do Fundo Partidário, e evoluir em 30%, não só em cotas, mas em cadeiras realmente no voto majoritário.

Há quem tem o pensamento de dizer que 70% seriam o majoritário misto e os 30% últimos seriam o majoritário das mulheres, para que esta Casa pudesse exercer realmente a sua real democracia, porque foi assim que aumentaram... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - É, mistura de gênero nos 70% poderia existir, porque, de repente, há uma mulher que tem uma quantidade de votos bem maior, e até poderia fechar, até poderia fechar; 70% são os homens e 30% são os votos majoritários das mulheres. Mas isso aí já garantiria, não precisaria nem o misto lá em cima, se garantisse os 30%. Porque foi assim, assim foi feito para se aumentar as cotas no Chile, aqui na Argentina, em todos esses países que tiveram cota de mulheres aumentada. Nós não podemos ficar é como laranja dessa forma, ou com pessoas realmente só fazendo trabalho. Mas tenho certeza que o Deputado Marcelo, com a alma feminina, vai olhar para esse caso agora nessa nossa reforma política.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputada Gorete Pereira e, com toda certeza, Deputada, não será por falta de sugestão que o Relator não poderá fazer, porque são inúmeras as possibilidades.

Mas eu vou conceder a palavra agora ao Deputado Joaquim Passarinho e depois para a Deputada Renata Abreu, finalizando as inscrições, para voltarmos ao nosso Relator a fim de que ele possa fazer o seu apanhado final e assim nós possamos caminhar para o encerramento desta nossa sessão.

Com a palavra o Deputado Joaquim Passarinho.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Boa tarde a todos, ao Presidente, ao Relator.

Eu queria falar sobre dois pontos bem rapidamente: um, eu acho que a gente tem que dar atenção para o que a Deputada Clarissa Garotinho falou sobre pesquisa, nós estamos falando em marketing eleitoral, pelo menos é uma das coisas



que nós vamos mexer. E, infelizmente, é uma indústria de pesquisas. Hoje há não sei quantos números de institutos que a gente não sabe de onde vieram e que dão números completamente diferentes uns dos outros, e nada acontece quando o resultado sai. Nenhum desses institutos é penalizado quando ele aponta a vitória de um por 7% e dá do outro por 7% e não acontece nada com o instituto, são institutos que são manipulados, na minha opinião.

E a outra, Relator, eu tenho feito muitas reuniões no meu Estado sobre a reforma e, quando nós falamos de financiamento, algumas coisas têm ficado me preocupando porque eu não sei como explicar. Fala-se muito em financiamento público; pegando lá da sua cartilha, nós tivemos, entre estadual e federal, mais de 21 mil candidatos. Se nós falarmos em 100 mil reais, nós estamos falando em 2 bilhões e 10 mil reais, só... Pois é, estou falando! Se nós formos falar em vereador, são 5.570 Municípios, mais ou menos; se nós tivermos 100 candidatos por Município, 100, numa média, nós vamos para 500 mil candidatos. Se nós formos falar em 10 mil reais, nós vamos para quanto? Cinco bilhões de reais, aí você consegue cinco aqui, mais cinco ali, nós vamos a 30, 40...

Um Presidente da República, por exemplo, se temos dez candidatos, quanto será para financiar um... Nós vamos bater em quanto? Cinquenta bilhões de reais? Será que a população quer pagar isso? Eu tenho perguntado lá nas reuniões: *"Você topa deixar uma parte do seu imposto ser destinado para financiar a campanha?"* Nunca um levantou a mão para dizer que sim, nunca, nenhum! Das oito, nove palestras que eu já fiz no Estado. O povo não aceita financiar campanha política.

Se nós estamos indo perguntar na rua... Vamos perguntar, eu estou perguntando. E toda vez que eu pergunto de onde sai esse recurso público... Porque é dentro do orçamento, abrir uma rubrica dessas, nós vamos ter que tirar de algum lugar. Já ouvi dizer que se preserva a área social, tudo bem, vamos tirar do quê, do investimento? Será que é do investimento que vamos tirar todo esse recurso? E, se eu tirar do investimento, eu não estou prejudicando a área social na hora em que eu tiver menos geração de renda, menos emprego?

Então eu não tenho nada contra o financiamento, desde que a gente saiba de onde se vai tirar, que alguém me diga. Até hoje nunca me disseram de onde sai esse recurso. Nós já temos um certo financiamento público quando nós temos os



programas de rádio e televisão gratuitos para os partidos, já pagos pelo poder público. Nós já temos os fundos partidários, se quiser deixar usar, não há problema. Agora botar mais dinheiro público quando nós não temos escola? No meu Estado, falta escola, falta leito de hospital.

Há uns limites que não dão para entender, por exemplo, 700 reais por pessoa física, tirando... Eu também tenho minhas restrições sobre pessoa jurídica, mas 700 reais por pessoa física... Quanto vai custar uma campanha? Eu pago para chegar a Marajó de avião, para ir ao meu Município que eu trabalho lá, 4 mil reais para ir e voltar de avião. Eu gasto mais, dentro do meu Estado, para chegar às pontas nas extremidades do meu Estado, do que quando eu vou à Miami. Eu vou a Miami com um custo menor do que quando vou para Redenção, no sul do Pará; eu vou a Miami com um custo menor do que quando vou para Oriximiná, dentro do meu Estado; eu vou para Miami com um custo menor do que quando eu vou para Marajó.

Então são preocupações porque nós estamos fazendo uma lei nacional, não estamos fazendo uma lei apenas para Estados pequenos ou para Estados muito desenvolvidos, em que você tem um transporte garantido.

Então essa é a minha preocupação do financiamento porque tenho debatido, tenho procurado na rua, realmente, ouvir e não tenho tido resposta. Se o Relator tiver essa resposta, de onde sai o recurso público, eu gostaria de ouvir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Joaquim Passarinho, com certeza o debate na Comissão é justamente para podermos ter a oportunidade de todos se manifestarem e colocarem as suas opiniões e também podermos esclarecer e buscarmos soluções, buscarmos um caminho e ajudarmos o Relator a cumprir esse papel.

Mas vamos conceder a palavra à Deputada Renata Abreu para que com a fala dela nós possamos encerrar aqui com chave de ouro as inscrições dos Deputados e Deputadas, para voltar a palavra ao nosso Relator.

Com a palavra a Deputada Renata Abreu.

**A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU** - Boa tarde, eu gosto sempre de ser a última para ouvir as ponderações de todos e fazer... Realmente, ter certeza de que o que eu estou falando é a minha convicção e deixá-la registrada.





Com relação a financiamento público, eu sou a favor do financiamento público exclusivo com a participação de pessoas físicas, por quê? Porque não vamos ser hipócritas: quem conhece os bastidores da política do País sabe que os grandes financiadores privados são geralmente empresas que têm contratos, sim, e têm parcerias com o Poder Público. Infelizmente, a meu ver, o maior motivo da corrupção no nosso País é para bancar campanhas eleitorais, e nós sabemos disso. E, infelizmente, isso gera uma desigualdade política no País em que os partidos maiores, os detentores de poder, os que têm efetivamente os contratos com o Poder Público acabam influenciando o poder econômico, têm, excessivamente, infiltrado o poder econômico nas decisões políticas do País. Pior do que isso: os nossos representantes, os nossos Deputados não têm a independência necessária, muitas vezes, para defender as suas bandeiras, porque ficam reféns daquele que os patrocinou.

E, falo por mim, eu vi nessas eleições, talvez por causa de todos os escândalos, que não havia tanto recurso para campanha de Deputado. Isso, para mim, que vim de uma primeira eleição, foi muito positivo, porque eu tive a oportunidade de conquistar votos pelas minhas ideias, pelo meu ideal. Então, realmente, quando se têm menos recursos, a disputa fica mais pessoal, o interesse da pessoa em votar em A ou B, o critério de escolha, é mais pessoal, é mais ideológico.

Assim, tendo ouvido o Deputado muito bem perguntar de onde vai sair esse recurso, eu questiono: de onde saem hoje os investimentos nas grandes campanhas eleitorais? Vamos ter o pé no chão! Será que saem dos bolsos dos Deputados? Alguns saem, sim, também. Mas a grande verdade é que saem das empresas privadas, que hoje representam a maioria dos investimentos em campanha. Essas empresas detêm contrato com o poder público e têm interesses próprios em eleger essas pessoas.

Além disso, muitas vezes os recursos já saem de serviços públicos e deveriam estar sendo investidos neles. Então, hoje eu ousou dizer que grande parte dos recursos que vão para as campanhas eleitorais é de recursos que deveriam estar, sim, nos serviços públicos, porque esses contratos têm participação de quem



está entrando, de quem está ganhando. Essa é a grande verdade — infelizmente, triste — para quem conhece esses bastidores.

Então, eu acho que o financiamento público proporcionaria uma igualdade de competição, principalmente para os novos candidatos que querem participar, para o cidadão comum que tem vontade de chegar a esta Casa. Haveria menos influência do poder econômico na política do nosso País, o que tornaria esses Deputados mais independentes.

Só para concluir, hoje nós temos um problema: a doação de pessoa física, que é 10% do rendimento bruto auferido no ano anterior, para mim, gera uma grande desigualdade, porque o cara que mais tem dinheiro influencia mais no processo eleitoral.

Uma pessoa que ganha 100 mil reais pode doar 5 mil reais tranquilamente, mas uma pessoa que ganha 20 mil não pode doar os 5 mil! Então, acaba que, mesmo que quem tenha menos queira disponibilizar esse recurso, ele não pode. Por isso, acho que essa é uma coisa que a gente tem que debater aqui.

Só queria deixar registrada a minha opinião sobre o financiamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputada Renata, pela participação, aqui reconhecendo o interesse dos Deputados e Deputadas em participarem da discussão. Hoje nós não fizemos a nossa audiência que estava prevista, mas tivemos um debate intenso aqui, com 16 intervenções importantes, sem se falar dos apartes.

E agora o Deputado Marcelo Castro tem a oportunidade de fazer um balanço, bem como de responder eventualmente a alguns pontos que foram deixados e esclarecer outros.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Com certeza.

Lembro que, na próxima terça-feira, nós vamos ter a sessão pela manhã, quando começaremos a ouvir os Presidentes de partidos. Então, é muito importante que estejamos presentes, porque cada partido vai defender seu ponto de vista, vai dizer sua posição. Isso vai ser muito importante para a gente fazer a avaliação de como as coisas vão evoluir aqui na Comissão e no plenário, em termos de votação.

O nosso Deputado Milton Monti fala aqui que o ideal seria a gente votar primeiro a PEC e, depois, o projeto de lei. Não tenha a menor dúvida, Deputado, que



o critério deverá ser esse aí — começar pelo maior para depois ir para o menor —, porque uma coisa relativiza a outra completamente.

S.Exa. diz uma coisa aqui que todos nós temos debatido desde o início: um dos objetivos da nossa reforma política aqui é diminuir o custo das campanhas, fazer com que nas campanhas haja oportunidades mais iguais entre os candidatos. E acha que nós devemos continuar com o financiamento de empresas, mas com limites, com tetos e com fiscalização rigorosa, se eu entendi bem a posição de S.Exa., com que nós concordamos.

Quer dizer, quanto à questão da empresa, eu tenho uma posição. Não sou conceitualmente contra. O que eu acho é que nós chegamos a um ponto tal, com tantos escândalos de corrupção, de degradação, de promiscuidade, que talvez o melhor para o País seja passar pelo menos uns tempos sem financiamento de empresa.

**O SR. DEPUTADO MILTON MONTI** - Relator, quero só falar rapidamente. A minha preocupação — aqui no Brasil se dá jeito para tudo, não é? — é haver a doação disfarçada, e não é difícil fazer isso. Então, é melhor tê-la pública e depois acompanhar a atuação parlamentar de quem recebeu recurso.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO MILTON MONTI** - Então é isto: ao tentar resolver o problema, arruma-se uma brecha para outras questões.

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Mas ela, disfarçada de empresa, vira física. Se a empresa não pode declarar...

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Bom, o Deputado Afonso Hamm segue a mesma linha — acha que tem que haver um limite de financiamento, um limite de gastos, um teto — e advoga aqui que 50% das despesas deveriam poder ser financiadas por pessoa física e 50%, por recurso público — evidentemente, as empresas não poderiam doar nessa situação —, e que os próprios candidatos deveriam ter um limite de doações que fosse só 10% da despesa total, diferentemente de hoje, em que isso é ilimitado — o próprio candidato pode gastar sem limites, pode fazer doação para si mesmo sem limite.



Bom, o nosso Deputado Arnaldo Jordy fala sobre a questão das pesquisas eleitorais, que foi abordada pela Deputada Clarissa Garotinho. Esse é um problema complicado, porque a gente vê e sabe perfeitamente que há muita irregularidade.

Como S.Exa. disse muito bem, as pesquisas saem completamente díspares umas das outras, e ninguém tem responsabilidade nenhuma sobre isso. Eu conheço vários casos de manipulação de resultados, feitos de uma maneira acintosa, vergonhosa. Todo mundo sabe que aquilo é só para fazer campanha eleitoral, mas fica por isso mesmo.

Agora, como fazer? Esse aí é que é o problema. Então, se V.Exa. ou alguém tiver uma ideia boa (*riso*), que...

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Relator, minha ideia é limitar o tempo para divulgação, porque a pesquisa pode ser feita para consumo interno — o problema é a divulgação nos jornais. Se se disser que nos últimos 15, 20 ou 30 dias não se pode publicar, eu acho que...

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Acho que isso já foi feito, e o Supremo não aceitou, por causa do direito de informação e tal.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Isso não é informação.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - É uma confusão isso aí.

E o Deputado Arnaldo Jordy segue também o sentido da não doação de empresa, tendo dificuldade de entender como a empresa doa.

Se eu puder ajudar V.Exa., o Paulo Roberto Costa, famoso do petrolão, diz que no Brasil não há financiamento de campanha, não; o que há são empresas que emprestam dinheiro para receber com juro alto. (*Riso.*) Ele deve saber do que está falando, porque ele estava lá por dentro das doações.

Então, V.Exa. faz menção ao mensalão, ao petrolão e diz uma coisa com que eu concordo plenamente e que tenho dito nos seminários de que tenho participado: a causa da corrupção no Brasil não é o financiamento de campanha, mas, seguramente, ele é uma das causas. Basta ver que, em todos os escândalos que há, sempre há políticos pelo meio, sempre há político que indicou o diretor.

O Deputado Jean Wyllys está dizendo aqui que não existe almoço grátis. Então, sempre há essa relação. E essa é uma coisa a respeito da qual a gente precisa tomar providência, porque está se agravando.



Eu gosto de citar, quando faço seminários, nos vários Estados em que fizemos algum, o caso do Roberto Jefferson. O Roberto Jefferson escandalizou o Brasil no mensalão quando ele disse que havia recebido 4 milhões do PT. Foi um escândalo — 4 milhões era uma cifra astronômica!

E, diante do que está acontecendo hoje no petrolão, em que só o Barusco, que é um funcionário de terceiro escalão, está devolvendo 300 milhões de reais, os 4 milhões do Roberto Jefferson viraram troco! *(Riso.)*

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Só quero lembrar, Sr. Presidente, porque nunca custa dizer, que não é o caso de a gente estigmatizar um partido e problematizar um Governo pela corrupção. É importante lembrar que também se fala que a reeleição foi comprada, por um esquema muito semelhante.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Não! *(Riso.)*

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Então, é muito bom a gente se lembrar desses outros exemplos, para mostrar que o sistema está com problema. Não é um problema de um partido especificamente.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Sem nenhuma dúvida! Eu estou citando um exemplo aqui... Quer dizer, no caso do Barusco, eu não estou nem fazendo correlação com nenhum partido. É uma coisa que aconteceu na PETROBRAS, um negócio astronômico.

Inclusive, o Brasil tinha um político famoso, e um colega meu outro dia disse que pegou um táxi, e o camarada falou: “*Fulano agora virou batedor de carteira*”. Os recursos são tão astronômicos que o roubo que aquele político fazia não significa mais nada. Então, esta é uma coisa que a gente tem que tratar com absoluta responsabilidade.

Uma questão que nós não discutimos aqui é a quantidade de cargos públicos que um governante no Brasil tem para nomeações. Isso aí, sem nenhuma dúvida, é uma das causas da corrupção. Uma coisa é uma pessoa ser indicada para uma empresa para trabalhar, para o engrandecimento, o fortalecimento da empresa, e outra coisa é o camarada ir lá para fazer, atender... É um negócio complicado.

A nossa queridíssima Deputada Luiza Erundina fala aqui de um assunto que sensibilizou a todos nós, que foram, naqueles movimentos de junho de 2013,



aquelas placas dizendo: “*Vocês não nos representam*”. Aquilo ali, para quem tem sensibilidade, foi fundo no coração.

E isso é a verdade. A maneira como nós estamos escolhendo os nossos representantes é uma deformação tão grande que, na verdade, o Congresso Nacional, que existe para expressar a vontade nacional, está inteiramente dissociado dela. Temos que reconhecer isso aí.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Mais de 50 milhões não votaram em nenhum de nós aqui na última eleição.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Pois é.

Então, é da nossa responsabilidade fazer uma reforma política que aproxime o representante do eleitor, para que possa haver uma maior interação, que o eleitor possa acompanhar melhor a atividade do Parlamentar. Hoje, 70% das pessoas, 2 anos após a eleição, não sabem em quem votaram! Ora, se eu não sei em quem votei, vou cobrar atuação de quem?

Então, há uma dissociação muito grande, há um divórcio verdadeiro. E a gente precisa, até para a nossa sobrevivência, aproximar a classe política da sociedade. Disso aí, nós temos que reconhecer que estamos muito distantes. E, em consequência disso, S.Exa. falou na crise de representatividade, que todos nós conhecemos e queremos corrigir.

Também trata do assunto das mulheres. A Deputada Gorete, a quem vou aproveitar para responder também, trata do mesmo assunto. A Deputada Luiza Erundina faz uma cobrança. Quer dizer, é um assunto que vem, que é trazido, e o Relator fica silente. Ela não usa essa expressão, não, mas o que ela quis dizer foi isso aí. “*Há proposta todo dia, e o Relator não diz nada! Como assim?*” (Riso.)

Bom, deixem-me explicar: eu tenho vontade de tratar desse assunto, nas não tenho encontrado a maneira como tratar. Eu tive uma reunião com as Deputadas do PMDB, que vieram falar comigo. Eu disse: “*Olhem, a sub-representação das mulheres é um fenômeno mundial*”.

Onde as mulheres têm maior participação no Parlamento? Onde o sistema eleitoral é proporcional de lista pré-ordenada. A Deputada Gorete citou aqui o exemplo do Chile e da Argentina, onde exatamente as mulheres conseguiram ter essa participação maior quando o sistema passou para o sistema de lista.



Então, os países do mundo em que a mulher tem maior participação no Parlamento são aqueles que adotam o sistema eleitoral proporcional de lista pré-ordenada. Por quê? Porque, mesmo que não haja obrigatoriedade... Eu propus na outra Comissão que, para cada três membros da lista, obrigatoriamente houvesse alternância de gênero — então, poderia haver dois homens e uma mulher, ou duas mulheres e um homem.

Suponhamos que um partido faça uma lista de nove nomes. Os primeiros três têm que ter alternância de gênero, têm que ser dois homens e uma mulher, ou duas mulheres e um homem. Os três que vierem em sequência também. Então, no meio de nove candidatos, no mínimo deveria haver três mulheres, em sequência — não poderiam estar as três mulheres no final, teria que ser em sequência.

Eu estava dizendo que tinha conversado com as Deputadas do PMDB. Então, o que eu disse para elas foi isto, que uma das propostas para resolver isso aí é que o sistema seja de lista pré-ordenada. Por quê? Porque, mesmo que não houvesse essa obrigatoriedade, qual partido teria coragem de formar uma lista sem a composição de mulheres? Na mesma hora, ele seria acusado de discriminar as mulheres e colocaria as mulheres contra o partido.

Então, mesmo que não haja essa obrigatoriedade, Deputada Luiza Erundina, só em dizer que a lista é pré-ordenada, as mulheres já garantem a sua participação, porque senão o partido vai ter a repulsa e, aí, a revolta das mulheres.

Agora, não sendo lista, como a gente poderia fazer? Então, eu quero pedir às mulheres que me deem uma...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Essa ideia sua é inconstitucional, porque nós não podemos fazer uma reserva e discriminar... Quer dizer, nós não podemos dizer: “*O Piauí tem 10 vagas de Deputado Federal; sete delas os homens vão disputar junto com as mulheres, e três delas as mulheres vão disputar sozinhas*”. Eu acho que nós não podemos fazer isso. Pelo menos, todos que eu tenho consultado dizem que é inconstitucional.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Isso é possível. Alguns parlamentos reservam uma quantidade de assentos para a mulher.



**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Reservam as cadeiras com as cotas.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - As cotas são para se candidatar.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Não. O Parlamento colombiano destina percentagens das cadeiras do Parlamento para segmentos como as mulheres, os povos indígenas, os cidadãos morando fora e a população afrodescendente. A Colômbia fez dessa maneira. Então, essas cadeiras necessariamente...

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Já existem as vagas?

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Já existem até as vagas.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Eles disputam só entre eles?

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Só entre eles. Quer dizer, essas vagas têm que ser ocupadas por mulheres, por povos indígenas, por afrodescendentes.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Peço à assessoria que me dê a resposta disso aí.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Outra questão é que a França está discutindo neste momento paridade de gênero, ou seja, a obrigatoriedade de metade das cadeiras do Parlamento serem ocupadas por mulheres. Nada importa. Metade das cadeiras teriam que ser obrigatoriamente preenchidas por mulheres.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Está discutindo!

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Na França.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Está discutindo!

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - E com muita chance de aprovar!

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Nós também estamos discutindo.

*(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Não! O que eu quero dizer é que a França está discutindo, e há chances de aprovar. E, na Colômbia, já há reservada uma percentagem das cadeiras do Parlamento para as mulheres.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Colômbia, viu, Luciana? Temos que ver lá como é isso aí, porque eu tenho falado aqui da minha limitação. Eu sou — fui — um médico psiquiatra. Portanto, meu conhecimento jurídico não é grande.





Então, quando chega aqui o Ministro do Supremo Tribunal Federal ou o Presidente do TSE e diz que não pode, eu fico pensando em quem sou eu para...

**A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA** - Mas os próprios negros agora estão concorrendo entre eles mesmos às vagas das universidades. Está bem claro isso!

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Bom, e o nosso Deputado Joaquim Passarinho faz aqui umas contas que eu fiz muito na outra Comissão de que participei, mostrando que a gente fala de financiamento público de campanha com a maior facilidade, mas, na hora que a gente vai para os números, eles viram uma exorbitância! Eu fiz uns cálculos na época, e, com o gasto total de 1 bilhão de reais, um Vereador iria receber 3 mil reais, ou melhor, 1 mil e poucos reais, para ser candidato. Isso é fora da realidade! *“Mas a gente pode botar mais!”* Então, vamos multiplicar por cinco. Aí o Vereador vai receber 5 mil reais? Isso também é fora da realidade.

Então, a gente tem que ter bastante cuidado com a questão de financiamento público. O Deputado me perguntou: *“De onde vem o dinheiro?”* Ah, se eu soubesse! Realmente, esse é um problema difícilimo.

Por isso, nós estamos dedicando toda a nossa atenção principal ao sistema eleitoral e ao financiamento de campanha. Vamos nos concentrar só nisso aí, porque é a parte difícilima que nós vamos enfrentar aqui.

No financiamento de campanha toda solução que a gente encontrar... por exemplo, quanto ao teto, como é que vai ser o teto? Então, quanto nós vamos definir o que um candidato a Presidente da República vai gastar numa campanha? Quanto vamos definir que uma empresa pode doar? Foi dito aqui, Milton Monti trouxe o exemplo aqui das empresas, apresentadas pelo Toffoli, perdão, o Jordy, que doaram valores muito elevados. Como é que vai ficar esse teto? Então, tudo isso é uma questão muito complicada.

**O SR. DEPUTADO MILTON MONTI** - Vamos dar um exemplo: a imprensa publicou que o Hollande, Presidente da França, gastou perto de 50 milhões de reais. Na eleição passada, a Dilma gastou 350 e o Aécio também 350, quer dizer, é uma desproporção a despesa.



**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - A campanha no Brasil custou 5 bilhões. É um exagero! Agora, a ideia, permita-me, Relator, de que se busque recurso de parte do financiamento, bem menor, orçamentário, mas exclusivo para o orçamento do ano de uma eleição, que ocorre a cada 5 anos, é um outro tipo de discussão.

**O SR. DEPUTADO MILTON MONTI** - A renúncia fiscal do programa eleitoral do ano passado, agora, de meses atrás, está estimada em 830 milhões, a renúncia fiscal do segundo semestre do ano passado do programa eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Vamos garantir ao nosso Relator para que ele possa... percebendo que ele já está na sua conclusão, para que possamos encerrar os trabalhos.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Concluindo, aqui, a Deputada Renata Abreu, com toda a sua simpatia, também defende essa linha do financiamento público, das pessoas físicas e fala sobre as mazelas, que todos nós sabemos, do financiamento de empresas.

À Deputada Luiza Erundina eu estou devendo a última resposta aqui, que é a questão da democracia direta participativa. Deputada, nós estamos pensando na possibilidade de diminuir, de fazer essa proposta, o número de assinaturas para a pessoa apresentar um projeto de lei. Hoje, gira em torno de 1,5 milhão de assinaturas, mas para criar um partido político nós precisamos apenas de 500 mil assinaturas. Então, a nossa ideia é trazer para o mesmo nível da criação de um partido. Eu acho que nós já facilitaríamos um pouco.

A democracia direta é uma coisa de que a gente precisa. O Brasil não tem essa prática, essa tradição, mas nós temos que ver também que o nosso País é continental, não é fácil fazer plebiscito, referendo, como em outros países. Os Estados Unidos resolvem isso lá porque tudo é municipal, estadual, são os estados que fazem, são os municípios que fazem os plebiscitos e os referendos. Eles discutem entre eles, por exemplo, se vão aprovar a maconha, um aprova, outro não aprova, o casamento homossexual, o aborto, então, é uma questão que os Estados resolvem.

Aqui, nós não temos essa facilidade. A gente sempre pensa em nível nacional, mas, sem nenhuma dúvida, a maneira mais legítima de se exercer o poder



é consultar diretamente o povo, porque, na verdade, nós somos aqui meros representantes da vontade popular. Então, se é possível consultar diretamente, evidentemente, que seria feito.

Alerto apenas para a dificuldade em um país com uma população de 200 milhões de habitantes, continental, como o Brasil, aqui será sempre mais difícil fazer um plebiscito. Por exemplo, a Suíça tem a prática constante de fazer plebiscito com muita frequência, é comum já, é um país diminuto, com uma população pequena, para nós ficaria mais difícil; mas, sem nenhuma dúvida, é meritória a proposta de V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Relator, há o uso das novas tecnologias. Hoje, há meios do ponto de vista da tecnologia da informação e da comunicação que podem suprir essa dificuldade, do ponto de vista da distância física, geográfica, como o uso mais frequente, não sei o quanto isso pode ser previsto nessa discussão dessas propostas, mas usar de forma mais sistemática e mais frequente os meios de comunicação, a Internet.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Sim. Mas na hora em que houver um plebiscito, ele tem que votar. Aí tem que ter uma maneira de aferir. Aliás, uma resposta que eu não dei à Deputada Clarissa Garotinho é sobre esta questão. Eu nunca vi nenhum Deputado, de nenhum Estado, tratando sobre a insegurança do resultado da urna eletrônica, mas já ouvi alguns do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro há essa cisma, fundada ou não fundada.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Desde a época do Brizola. O Brizola tinha como uma das bandeiras dele.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - É pró-consulta, na época, em 1982 houve aquela...

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Permita-me, Relator Marcelo Castro, ontem o Deputado Bolsonaro nos solicitou, pediu que eu procurasse o Relator.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - No Rio de Janeiro tem essa cisma.

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Porque eles hoje iam receber um estudo ou conhecer uma metodologia de que na urna se faça o voto e fique o registro, que caia, exatamente após o voto, o registro digitado do voto, para uma provável necessária conferência. Ele me falou isso ontem no plenário, e eu vou lhe



falar, deveria lhe falar pessoalmente, mas foi uma solicitação, que eles gostariam de discutir esse tema.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Que o voto fosse impresso.

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Exatamente. E eles buscaram quem detém essa tecnologia hoje, e é algo a ser implementado, querem conversar com a nossa Comissão, com o Presidente, com o Relator e conosco.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - A questão é a seguinte: quem está propondo isso é porque desconfia que há alguma fraude. O que ele apresenta de substancial que justifique a gente mudar a metodologia? Esse é o problema, quer dizer, nós vamos encarecer o voto.

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Acho que se trazer segurança, eu acho que houve muita dúvida, sim, inclusive, em relação a um pleito apertado nacional, houve muita dúvida. Essa dúvida não é salutar para a democracia. Se ficar um registro, se puder isso, vamos quantificar, eu acho que é seguro. Foi levantado por muitas pessoas. Eu não estou fazendo esse questionamento, mas o questionamento foi amplamente debatido pós-eleição da segurança em relação ao resultado por um modelo que não tem como aferir. Então, na verdade, é uma discussão importante a ser feita.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - É, mas o que eu acho é o seguinte: para a gente tomar alguma providência, a gente tem que ter algum indício, porque se não, se não tem nenhum indício, se não tem nenhuma comprovação, quer dizer, um argumento que eu já ouvi falar sobre essa eleição é o resultado do pleito em Minas Gerais. Se o Aécio tivesse ganhado e tal, se não tivesse sido aquele o resultado, ora, o PT ganha em Minas Gerais desde sempre, ganhou com o Lula a primeira vez, ganhou a segunda e ganhou com a Dilma, aliás, o Aécio até não era bem visto pelo PSDB porque o PT ganhava lá dentro.

A gente sabe, e isso é histórico, que Minas Gerais é como se fosse um Estado síntese do Brasil, lá tem a parte centro-sul desenvolvida, próspera, rica, tem a parte do centro-norte do Vale do Jequitinhonha subdesenvolvida, semiárida e pobre. Então, quem ganha em Minas Gerais termina ganhando no Brasil porque Minas seria uma síntese.



**O SR. DEPUTADO MILTON MONTI** - Relator, é só para contribuir. Além disso, é preciso consultar alguém a respeito das questões técnicas, eu não sou técnico, mas imagine o seguinte: imagine que o voto digitado — eu não vou dizer os números da campanha, vamos pensar em outros — no número 85, a urna por uma questão de informática registra o adversário que é 80. Então, a pessoa votou 85, mas registrou 80, aí imprime 80, quando você for conferir a impressão vai estar certa, a impressão vai estar em ordem.

Então, veja, só estou agregando que é preciso ter uma discussão técnica, porque mesmo com a impressão pode-se não resolver o problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Não é simples.

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Eu acho que dá para a gente ouvir esse pessoal que tem alguma sugestão.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Eu gostaria de ver alguma denúncia consistente.

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Denúncia na Internet e dúvida foram geradas no Brasil inteiro, V.Exa. acompanhou. Foi colocada em dúvida a eleição por milhares de pessoas, questionou-se a questão da urna eletrônica. No Tribunal Superior Eleitoral, inclusive, houve uma ação, não sei, partidária. A gente sabe desses desdobramentos. Eu acho, como cidadão, que se eu puder ter um registro na urna, que me dá uma garantia, e isso não custa tanto, por que, não, se dá uma segurança? Porque não há como checar. Então, na verdade, é algo que se faz necessário desde que se tenha a tecnologia e a segurança em todos esses aspectos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rubens Otoni) - Está feito o registro, com toda a certeza o Deputado Marcelo Castro, nosso Relator, sensível ao debate, à discussão e aos temas colocados saberá avaliar e analisar em momento propício como encaminhar.

Eu quero aqui parabenizar as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados pela participação e pelo interesse no debate dos temas aqui desta Comissão Especial, que é destinada a efetuar esse estudo e apresentar propostas no que diz respeito às matérias infraconstitucionais da reforma política.



Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes informando que haverá reunião ordinária a respeito do tema das duas Comissões na próxima segunda-feira na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Seminário da Reforma Política, e na terça-feira, aqui na Câmara, às 10 horas, audiência pública sobre sistemas eleitorais e financiamento de campanha, e também na terça-feira, às 14h30min, audiência pública também sobre sistemas eleitorais e financiamento de campanha.

Está encerrada esta reunião.